



**UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
CAMPUS XIV – CONCEIÇÃO DO COITÉ
COLEGIADO DE HISTÓRIA**

ARLAN LIMA DA SILVA

CONDIÇÃO FEMININA E TRABALHO EM SERRINHA NA DÉCADA DE 1970

Conceição do Coité

2017

ARLAN LIMA DA SILVA

CONDIÇÃO FEMININA E TRABALHO NA DÉCADA DE 1970

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Banca Examinadora da Universidade do Estado da Bahia, como requisito para a obtenção do grau de Licenciado em História.

Orientador: Prof. Dr. Ricardo dos Santos Batista

Conceição do Coité
2017

RESUMO

A pesquisa está centrada no território da cidade de Serrinha-Ba. Procuo mostrar a realidade das mulheres serrinhenses em relação ao trabalho, como uma estratégia e forma de buscar mais liberdade e participação no meio social, especificamente de 1971 a 1980. Como metodologia, uso a memória, e da história oral de mulheres e homens que viviam na cidade, na década de 1970, período este, em que o Brasil vivia a Ditadura Militar. Dentro dessa complexa relação entre homens e mulheres, procuro identificar quais eram as possibilidades de atuação das mulheres dentro da sociedade serrinhense. Busca-se compreender as limitações que existia para estas em relação ao trabalho e como este auxiliava as mulheres a possuírem um espaço maior dentro da sociedade pesquisada, junto às relações desiguais de gênero. A pesquisa mostra como, na história das mulheres, em especial das mulheres serrinhenses, a luta por direitos iguais entre gêneros, se realizou de forma plena e de maneiras diversas, dentro de uma cultura ainda, onde os homens tinham mais privilégios que as mulheres.

PALAVRAS-CHAVES: Relações de gênero, trabalho, condição feminina.

ABSTRACT

The research is centered in the territory of the city of Serrinha-Ba. I try to show the reality of the Serrinha's women in relation to work, as a strategy and way to seek more freedom and participation in the social environment, specifically from 1971 to 1980. As methodology, I use the memory, and the oral history of women and men who lived in the city in the 1970s. Within this complex relationship between men and women, I try to identify the possibilities of women acting within the society of Serrinha. It seeks to understand the limitations that existed for them in relation to work and how it helped women to have a larger space within the researched society, along with the relations of gender unequal. The research shows how, in the history of women, especially of the Serrinha's women, the struggle for equal rights between genders, took place in a full and subtle way and in diverse ways, within a culture still, where the men had more privileges than the women.

KEYWORDS: Gender relations, work, female condition.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	4
2 CONDIÇÃO FEMININA E O TRABALHO NA DÉCADA DE 1970	
2.1 A DÉCADA DE 1970 E AS MULHERES RURAIS.....	13
2.2 OS DESAFIOS DE SER MULHER DO CAMPO.....	23
3 TRABALHO E OS DESAFIOS DE SER MULHER, HONRADA, CASADA, E MODERNA.....	34
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	49
REFERÊNCIAS.....	50

INTRODUÇÃO

Ao longo da história, as mulheres e suas sociabilidades foram marcadas pelo preconceito, discriminação e submissão, tendo seus direitos dirigidos pelos homens. Dessa forma, em muitos contextos prevaleceu uma ordem social estabelecida pelo gênero masculino, principalmente dentro do contexto familiar. Isso, no entanto, não inviabilizou que essas mulheres tivessem atitudes que objetivassem quebrar as normas instituídas socialmente.

Dessa forma, este trabalho de pesquisa procura mostrar aspectos da condição feminina e a sua relação com o trabalho em Serrinha-BA, cidade do interior da Bahia, em especial na década de 1970. Naquele momento a cidade estava em crescimento, mas ainda mantinha ainda aspectos rurais e uma população baseada em costumes bastante tradicionais, e tendo sua economia principal baseada no comércio.

Os estereótipos de masculino e feminino, como construção social, são uma produção forjada pelos meios de comunicação, como o rádio e a televisão, pelo poder político e pela religiosidade muito influente na vida das pessoas, principalmente no interior, onde foi realizada a pesquisa de campo. No período estudado, as mulheres não tinham condições de se expressarem nos grandes meios de comunicação e em outros espaços sociais, como por exemplo, na política. A maioria da população da cidade era analfabeta e sem condições financeiras suficientes para alcançar melhores posições sociais. Muitas mulheres estavam colocadas à margem de uma visibilidade e os seus maridos às sustentavam, na grande maioria.

Questiona-se, então, quais eram as possibilidades de sociabilidade dessas mulheres, dentro das relações de gênero, no âmbito do lazer, das atividades que iriam além da casa, do trabalho, da igreja, nos espaços de trabalho que ocupavam? Esta é uma questão que se relaciona muito com a realidade dessas mulheres, que trilhavam entre as ações próprias e as restrições impostas pela sociedade da época.

Dentro da realidade encontrada, pelos fatos observados na pesquisa, nas falas das entrevistadas, percebe-se um padrão de comportamento presente da vida dessas mulheres. Fica clara a tentativa de limitação a outros espaços, além da casa, em sua maioria. Dentro dessa cultura marcada pelo poder masculino, me interessa refletir sobre como as mulheres lutavam e pensavam em driblar de uma conduta tradicional e funcional pelas ordens culturais historicamente estabelecidas.

Para a elaboração deste trabalho de pesquisa, utilizei alguns autores que discutem a questão feminina, sendo que poucos se remetem ao recorte temporal e espacial que estou

pesquisando. Sendo assim, encontrei alguns trabalhos que me ajudaram bastante a definir o problema dessa pesquisa e entender o feminino em múltiplos aspectos, especialmente na vida das mulheres. Busca-se compreender, então, quais eram os mecanismos de repressão masculina e as estratégias de liberdade femininas existentes na década de 1970.

Dialogo com autores que estão pensando na história das mulheres, no feminismo, nas questões de gênero, na condição feminina, que são bases para esse campo. Se faz importante a análise do comportamento das mulheres no campo pesquisado, ainda mais se tratando uma realidade pobre, em sua maioria, de pessoas que não tinham meios de adquirir novos bens de consumo, chegando até passar dificuldades financeiras. Como afirmou Maria Magnólia Santiago de Oliveira Lima: “Lá em casa era muito pobre, muito pobre, era casa de chão batido, era... Mas, meu pai era uma pessoa muito, assim, muito, muita fé em Deus, muito alegre, muito participativo, ele participava de tudo”.

Celi Regina Jardim Pinto, em “Uma história do feminismo no Brasil” aponta as conquistas e, ao mesmo tempo, as dificuldades do movimento feminista, pela realidade das mulheres brasileiras, pela religiosidade presente nas pessoas, pela falta de acesso à leitura e pela vida na zona rural. As questões femininas eram colocadas em segundo plano pelas classes médias falta de conhecimento por muitas mulheres, e em especial no campo pesquisado, ficam evidentes na fala de Angelita Aquino de Souza:

Eu acho que nem todo mundo sabia votar, que ninguém sabia ler direito, é isso aí. Como é que ia votar sem saber nem fazer o nome, (risos), só votava aquele povo mais sabido que estudava, mas, mas o povo muito sei lá, muito ignorante, sei lá, as coisas tá tão estranho de hoje, ai ai...¹

O livro Celi Regina Jardim Pinto é fundamental para a análise aqui desenvolvida, pois está relacionado com a proposta de evidenciar as mulheres como protagonistas, como mobilizadoras da sua realidade. Importante perceber estes acontecimentos em nível de Brasil, mas também suas semelhanças e diferenças no que acontecia em Serrinha.

Utilizo também o artigo de Cynthia Andersen Sarti, intitulado “O feminismo brasileiro desde os anos 1970: revisitando uma trajetória”. A autora conta os principais acontecimentos do movimento feminista da década de 1970, principalmente no ano de 1975, onde a ONU declara o reconhecimento oficial dos problemas das mulheres no contexto social, dando uma visibilidade a movimentos ainda na clandestinidade entre outros fatos, como as novas alianças que acontecem no feminismo, com parte da Igreja Católica e grupos de bairros. A autora

¹ Angelita Aquino de Souza. Entrevista concedida a Arlan Lima da Silva no dia 04/11/2014.

também se preocupa o tempo inteiro em mostrar como as diversas realidades fizeram o feminismo ter várias perspectivas, e a posição que a mulher se percebe na sociedade, deve ser levada em conta, já que as sociedades são múltiplas.

Este artigo ajuda a entender, de maneira mais ampla, os movimentos de mulheres no Brasil, as suas demandas mais especiais, como as classes mais pobres que eram afastadas em sua maioria dos movimentos feministas, perante as desigualdades sociais e nos grupos de mulheres. Entender a história das mulheres na década de 1970, e seja em qual for, não podemos deixar de lado o olhar antropológico que a autora ressalta ao fim. De acordo com Sarti:

O exercício da prática antropológica distancia de tal forma qualquer perspectiva universalista e abstrata, que se torna difícil evitar o desconforto diante de postulados que pretendam fazer do feminismo uma categoria generalizável a todas as mulheres (SARTI, 2004, p. 46).

Dessa forma, percebe-se a complexidade lógica de se entender movimentos de avanços e retrocessos que o feminismo teve, diante das várias realidades de mulheres, ainda mais se tratando da realidade desigual do Brasil, levando em conta também por questões de raça. A autora busca mostrar que o feminismo, acima de tudo, como um movimento pelas mulheres, não engloba todas elas, não as representam como inteiras, mas é preciso entender primeiro as condições culturais, sociais, religiosas e etc, para perceber como a mesma se percebe com tal.

Para a composição da argumentação teórica dessa pesquisa, utilizo o livro “ História das mulheres no Brasil”, de Mary Del Priore e Carla BassaneziPinsky, cuja obra traz um retrato das mulheres brasileiras, desde a época do Brasil colonial aos dias recentes. Este livro dá base para a condição das mulheres brasileiras, cuja a história é marcada pelos desafios de ser mulher numa sociedade patriarcal, cujo prestígio social fica exposto nas trajetórias femininas diversas que esta obra se divide, mostrando a relação de gênero como categoria fundamental para a história das mulheres brasileiras.

Outro artigo relacionado a gênero presente nessa pesquisa é o artigo “Teorias feministas: da “questão da mulher” ao enfoque de gênero”, do autor Antônio Carlos Lima da Conceição. O autor afirma que o gênero é acima de tudo, uma construção, e que a naturalidade física não pode determinar os sujeitos. Reflete também, que o feminismo e o gênero devem ser revistos, pois, como toda construção deve ser questionada, sendo uma discussão ampla. Neste sentido, o feminismo vai além da luta da mulher contra o homem, ou sua supremacia, e sim, desmoronar a ideia de um sexo ser melhor ou inferior ao outro. Desta

forma, esse artigo nos ajuda a entender, como a relação de gênero de maneira geral era encarada nessa realidade e até que ponto podemos perceber qual era o tipo de oposição entre os anseios femininos e a resposta masculina. De acordo com Conceição:

Ainda nos anos 70 houve um avanço significativo quando o gênero será elaborado como a construção social das identidades sexuais e como objeto de estudos feministas. Assim abriu caminhos para a desconstrução e desnaturalização do masculino e do feminino (CONCEIÇÃO, 2009, p. 739).

Até então, a preocupação era explicar as mulheres no singular, na opressão do patriarcado. A partir de então, os estudos passaram ser de mulher para as mulheres e a relação sexo/gênero. De acordo com Conceição:

O que se procura é desnaturalizar, desconstruir, principalmente as posições binárias, incluindo aquelas que implicam sexo/gênero. Atualmente estas posturas dicotômicas têm sido criticadas, ou seja, esse dualismo sexo/gênero, que marcou as primeiras teorizações em torno do conceito de gênero (CONCEIÇÃO, 2009, p. 741).

Dentro das questões feministas se apontavam outras questões que assaltavam o feminismo. De acordo com Conceição:

Ainda nos anos 70 o campo vivenciou sínteses que tentaram unir patriarcado com capitalismo, feminismo com o marxismo, ou seja, amplos debates sobre sexo e classe. Neste contexto, podemos identificar historicamente as seguintes tendências no movimento feminista: feminismo liberal, socialista e radical, as diversas abordagens estavam no mesmo plano epistemológico. Tinham-se as respostas distintas, apesar das perguntas serem as mesmas e de se buscar a resposta na casualidade social (CONCEIÇÃO, 2009, p. 742).

Com a leitura deste texto, pode-se perceber que ser homem e ser mulher vai além de conceitos biológicos, e entender o movimento feminista não apenas pelo olhar das mulheres contra os homens, somente por conta do sexo. Mas vemos que a complexidade de estudar as mulheres apenas por uma visão comum e esgotada, o que reflete os movimentos feministas para maior parte da população, como diz também Scott: “[...] Além disso, o termo “gênero” também é utilizado para designar as relações sociais entre os sexos. Seu uso rejeita explicitamente explicações biológicas, como aquelas que encontram um denominador comum, diversas formas de subordinação feminina, no fato de que as mulheres têm capacidade para dar a luz e de que os têm uma força muscular superior. (SCOTT, 1995, p. 75).

Pensar em gênero como um conjunto de elementos que definem homem e mulher, é fundamental para esta pesquisa, porque é justamente neste ponto que perceberemos ao longo dela, quais eram os papéis de cada um segundo os modelos sociais e culturais. No próprio diálogo com as fontes verifica-se que há grandes distinções no papel dos homens e das mulheres, pois veremos que, mesmo sem a presença de um feminismo estruturado como movimento, no espaço pesquisado, ações de mulheres contra os papéis de gênero se tornam claras em outras teias de relações.

Utilizo também o livro, “A colonização portuguesa numa cidade do sertão da Bahia”, do autor Tasso Franco. Esta obra traz importantes informações sobre a cidade de Serrinha desde suas origens, até os anos mais recentes. Mas, como o recorte temporal da pesquisa se centra na década de 1970, este livro serve para entender aspectos relativos à cidade de Serrinha e sua identidade nesse período, como importância da tão citada nas fontes, a Igreja Católica, a política, e o trabalho no tocante as mulheres. Esta obra não dá um enfoque especial nas mulheres, como busca o presente trabalho de pesquisa, mas ajuda a dar suporte às fontes, ao espaço geográfico, a demografia, as atividades econômicas e as várias imagens da época que o mesmo possui.

Trago como referência também o texto de dissertação de Cristiane Lima Santos cujo título: “Moderna, mas honrada – Moralidade e honra sexual em Feira de Santana (1916-1940). A autora trabalha as questões de gênero dentro da cidade de Feira de Santana, interior da Bahia, relativizando a cidade que estava em crescimento e adquirindo formas modernas, junto aos novos modelos das mulheres que também se modernizavam, e estavam transitando pelas ruas feirenses, mas seus atos e comportamentos que fossem modernos, mas passavam pela moralidade que cabiam as mulheres, nos fazendo perceber como a modernidade e espaços que cabiam as mulheres, contudo deveriam respeitar o lugar que são lhes dado quando pertencem ao gênero feminino.

O artigo “Injustiças de gênero” - o trabalho da mulher na agricultura familiar, de Lígia Albuquerque de Melo, esta autora, busca mostrar como o trabalho da mulher brasileira na zona rural não é devidamente reconhecido, elucidando ainda mais as diferenças que há entre gênero. Coloca que o trabalho da mulher da zona rural foi visto como invisível e sem relevância alguma para a sociedade, como se esse serviço fosse exclusivamente masculino, quando na realidade, no Brasil, homens e mulheres dividiram o campo. A cidade de Serrinha tinha uma economia, em maior parte, baseada em práticas agrícolas e as mulheres eram fundamentais nesse processo.

Em relação à metodologia, utilizo o livro “História e Memória” de Jacques Le Goff, em que o autor mostra muitas características do uso da história-memória. Para Le Goff, ela mesma ganha grande respaldo no século XX, se tornando importante na produção histórica. A memória era passada oralmente em tempos mais remotos, e logo depois ela passou a ser escrita, em diferentes momentos entre as várias sociedades.

A memória, como propriedade de conservar certas informações, remete-nos em primeiro lugar a um conjunto de funções psíquicas, graças às quais o homem pode utilizar informações passadas, ou que ele representa como passadas”. (LE GOFF, 2003, p. 419).

A memória passou por grandes mudanças com a chegada da tecnologia. Esta memória em vários momentos foi utilizada pelas classes dominantes, a fim de esquecer e privilegiar as memórias que determinadas sociedades desejassem. Por vezes as memórias eram totalmente esquecidas quando os dominadores deixavam de existir. O autor mostra o uso da memória por vezes está ligado às intenções, o que vale a pena ser lembrado para tal sociedade, tal grupo, assim como pude perceber em algumas entrevistas o receio em declarar certas coisas, que outrem não deveria saber.

Para a metodologia, também utilizo o livro “Usos e abusos da história oral”, das autoras Marieta de Moraes Ferreira e Janaína Amado. A história oral é um recurso que começa a ser praticado oficialmente a partir do século XX, dando visibilidade a grupos e classes desprovidas na história oficial, levando em conta a memória destes indivíduos e suas experiências, não só de sua própria memória individual, mas abrangendo elementos históricos mais amplos.

As autoras mostram a importância da pesquisa histórica com a história oral, como um método a tantos outros, buscando elementos de um passado não tão distante, através de pessoas que viveram esse período, ajudando também a remontar uma memória coletiva, e não simplesmente individual. A história oral sempre foi presente na vida dos homens, eram contadas e registradas através da memória, depois passou a ser escrita, num processo mais burocrático para legitimá-la. A história oral foi deixada de lado no século XVII, sua volta só ocorreu novamente no decorrer do século XX, por estadunidenses, com suas próprias teorias e na Itália, por antropólogos, interessados nos movimentos sindicalistas e feministas.

A história oral trabalha com fatos históricos até então novos para a historiografia, que não tinham espaço para existir, pois a história tradicional sempre privilegiou os grandes acontecimentos, os grandes homens, principalmente homens políticos. Dessa forma, a história

oral traz à tona, sujeitos que podem contribuir com os fatos sociais a partir de suas próprias experiências, trazendo até então elementos desconhecidos. De acordo com Lozano: “a história interessou-se pela “oralidade” na medida em que ela permite obter e desenvolver conhecimentos novos e fundamentar análises históricas com base na criação de fontes inéditas ou novas (LOZANO, 2004, p. 19; 20).

A respeito do modo de fazer entrevista, as autoras apontam alguns aspectos relevantes como o roteiro das perguntas, o lugar propício, uma conversa anterior com o entrevistado, detalhes importantes para o bom andamento da entrevista. A transcrição deve ser o mais fiel possível.

A partir dessas leituras feitas, construí o meu problema, que é compreender como se constituiu a condição feminina das mulheres em Serrinha-Ba, especialmente em relação ao trabalho. É através das fontes orais que pretendo encontrar as mulheres serrinhenses vivendo na década de 1970.

Alguns conceitos a serem levantados neste trabalho são essências para o melhor entendimento do mesmo. Um conceito bastante utilizado nesta pesquisa é o “gênero”. Anailde Almeida diz que o gênero pode ser: “(...) Considerado uma construção social de sexo e as diferenças e desigualdades sociais que podem ser analisadas como relações de gênero e que são também relações de poder”. (ALMEIDA, 2010). Partindo desse princípio, homem e mulher não são definições simples e acabadas, apenas pelo modo de reprodução aos quais exercem, mas de acordo com Almeida:

Esse processo seria a síntese da interação social que se estabelece pela transmissão e reprodução dos valores, sentimentos e comportamentos aprovados que, em Beauvoir, (1980) se resume ainda na inextinguível proposição “ninguém nasce mulher: torna-se mulher (ALMEIDA, 2010, p. 23).

Para Scott, conclui-se que gênero é uma realidade sobre as diferenças sexuais, hierarquizando essas diferenças dentro de uma maneira de se expressar engessada e dual. Scott não exclui as diferenças entre os corpos, mas se interessa por como a cultura constrói essas diferenças, dando sentido para essas, posicionando-as dentro de relações hierarquizadas:

[...] O termo “gênero” torna-se forma de indicar “construções culturais” – a criação inteiramente social de ideias sobre os papéis adequados aos homens e às mulheres. “Gênero” é, segundo esta definição uma categoria social imposta sobre um corpo sexuado. Com a dos estudos sobre sexo e sexualidade “gênero” tornou-se uma palavra particularmente útil, pois

oferece um meio de distinguir a prática dos papéis sexuais atribuídos às mulheres e aos homens. (SCOTT, 1995, p. 75).

Outro termo, “moderno”, é muito utilizado nessa pesquisa. Aqui estou usando o conceito de Le Goff, que está ligado à história ocidental. O conceito de moderno surgiu na metade do século XIX, em ambígua reação da cultura ao mundo industrial. Na segunda metade do século XX generalizou-se no Ocidente:

Quando, a partir do século XVI, a historiografia dominante no Ocidente, a dos eruditos, secundada pela dos universitários, divide a história em três Idades: Antiga, Medieval e Moderna (*neuere*, em alemão), cada um dos objetivos apenas remete, na maior parte dos casos, a um período cronológico, e o termo “moderno” opõe-se mais a medieval (LE GOFF, 2003, p. 174).

Quando trago este termo, me refiro a atitudes que se afastam de comportamentos tradicionais, hierárquicos, que relembram principalmente comportamentos advindos da Idade Média, e dos comportamentos medidos pela supremacia do patriarcado e dominação cultural da Igreja e do Estado.

As fontes que estou utilizando na composição desta pesquisa, em sua maioria fontes orais, são de mulheres e homens serrinhenses e povoados circunvizinhos, no recorte temporal, ou seja, de 1971 a 1980, pois seria fácil encontrar fontes orais, dessas pessoas que viveram nos anos 1970, e pelo interesse de mostrar a luta das mulheres nesse espaço que vinha crescendo, ou seja, a cidade de Serrinha, numa cultura ditada em sua maior parte por atos masculinos. Entrevistei alguns homens, pois se faz necessário, nesta pesquisa, um olhar masculino, sobre as suas experiências e memórias daquela época, afim de termos as falas de ambos os gêneros sobre o mesmo assunto, trazendo comparações importantes entre eles. Nem todas as entrevistadas se sentiram a vontade de revelarem suas idades. Em relação à afirmação étnico-racial, utilizei a auto-identificação. Quando cito a identificação racial das entrevistadas, foi porque as próprias falaram que se enquadram em tal definição.

Todas as entrevistas foram previamente marcadas com as entrevistadas, a maioria em suas casas, para proporcionar ao mesmo um melhor conforto, e tranquilidade, utilizando a casa como referência as lembranças. Utilizei um gravador nas entrevistas, bem como uma máquina fotográfica e celular, ambos com boas qualidades de imagens e som. Utilizei um roteiro de perguntas já pré-estabelecidas daquilo que acreditei ser fundamental conhecer, para encontrar as informações que precisava investigar para tentar resolver o problema da pesquisa.

Em alguns momentos da entrevista, fazia outras perguntas fora do roteiro, afim de um maior esclarecimento, ou fazer com que a entrevistada chegasse há algumas conclusões de alguns aspectos que norteiam as perspectivas dessa pesquisa, principalmente nas relações de gênero. Também deixei as entrevistadas à vontade para que eles falassem outros detalhes que não estavam no roteiro da entrevista, mas que para elas era interessante falar no momento, o que de certa forma, me serviu para análises também.

2 CONDIÇÃO FEMININA E O TRABALHO NA DÉCADA DE 1970

2.1 A DÉCADA DE 1970 E AS MULHERES RURAIS

A década de 1970 foi significativa na história na luta das mulheres por mais espaço na sociedade, e na ampliação dos seus direitos, ocupando mais postos de trabalho nas cidades, contribuindo para modificar a predominância masculina e excludente, o que já vinha sendo realizado desde a década de 1930, com a luta pelo direito ao voto e por educação igualitária entre homens e mulheres. No período da Ditadura Militar, as mulheres estavam inseridas no contexto social de forma mais ampla do que em décadas anteriores, o crescimento econômico que ocorre no país, e as mudanças ocorridas com a repressão e a censura, e as manifestações políticas, levaram as mulheres as ruas, colocando-as em evidência, dentro de um governo onde a perseguição se fazia presente, e qualquer que fosse o movimento, grupos, que colocasse em risco a ordem estabelecida, era motivo de vigilância, colocando também as mulheres nesse paradoxo.

Por um lado, o Regime Militar e repressivo não via com bons olhos qualquer tipo de organização da sociedade civil, ainda mais quando se tratava de mulheres que, inspiradas nas norte americanas, ameaçavam a tradição e a família brasileira. Mas o paradoxo se constitui na medida em que as mulheres também não encontravam guarida entre os grupos que lutavam contra a ditadura e professavam ideologias do tipo libertário. (PINTO. 2003. p. 61)

Na década de 1970 acontecia o “Milagre Econômico” aqui no Brasil. Apesar de ter congelado o salário dos trabalhadores, foi um período em que a economia brasileira cresceu e atraiu gente de todas as regiões em busca de empregos nas cidades, possibilitando mais oportunidades para as mulheres. A partir das entrevistas realizadas, percebe-se que muitos homens saíam de Serrinha à procura de trabalho. Como diz Maria Beatriz Nader:

O chamado “milagre econômico brasileiro” possibilitou a expansão de empregos, incorporando no mercado de trabalho urbano secundário e terciário milhares de pessoas vindas do campo, atraídas pelo crescimento das cidades, esperançosas de uma vida melhor. Conseqüentemente a crescente urbanização aliada ao recente modelo de desenvolvimento sócio-econômico do país, caracterizado pelo esforço de modernização da estrutura produtiva, provocou efeitos na vida das pessoas que buscavam as cidades. (NADER, 2002, p. 3).

As migrações implicaram de forma direta na vida de muitas mulheres. “A necessidade econômica, que se intensificou com a saída de homens para o trabalho e com a deterioração dos salários reais dos trabalhadores as obrigou a buscar uma complementação para a renda familiar”. (BRUSCHINE, 1994, p. 179). Na zona rural de Serrinha esses impactos também se fizeram presentes, levando as mulheres a uma postura mais relevante, pois precisavam sair do campo as cidades ou assumir o papel principal dentro de casa, quando seus companheiros decidiam sair da zona rural, como diz Franco: “Essa mudança deu-se em virtude falta de perspectivas no meio rural, diante das constantes crises com as secas e devido ao novo modelo que se implantou no país, inspirado no crescimento do “milagre” brasileiro pós 1964.” (FRANCO, 1996, p. 168).

Grande parte das mulheres serrinhenses vivia na zona rural e sem visibilidade enquanto trabalhadoras produtivas. Além do mais, as leis trabalhistas ainda eram muito frágeis, inexistentes no trabalho do campo, e em relação às empregadas domésticas, que eram serviços comuns entre as mulheres, como informam as colaboradoras entrevistadas para esta pesquisa.

Serrinha era uma cidade pequena e tinha a sua área principal, o centro da cidade e os bairros periféricos em crescimento, como diz Maria Perpétua: “Serrinha era mais era mato, tinha a praça, por aqui tudo era roça, a gente que rocemo e tiremo tudo roça, e plantando milho, feijão e criando os filho tudo de roça. Era rural, era, tinha um bocado...Só tinha mesmo a praça, aqui tudo era roça e depois foi que começou o povo a fazer as casas.” A urbanização começava a crescer e as áreas de terrenos e plantações ainda eram mais comuns como diz Maria Vila Nova Reis: “Quando eu vim pra aqui era pouca casa, só era terreno, Serrinha tinha uns 40 mil habitantes. Era uma cidade, mas era pequena. E aí comecei a procurar a Igreja, tinha o grupo, como tu sabe, eu participava nesse pé de Juá, começaram a se juntar num pé de Juá.”

As principais praças da cidade, que é a Praça Luiz Nogueira e Morena Bela, eram bem diferentes na década de 70, a segunda praça mais importante e conhecida da cidade, ainda não era de fato uma praça, e sim um espaço utilizado apenas para a passagem para ir ao centro ou uma área para os estudantes brincarem como diz Maria Odete Capistrano de Santana, negra, sem o Ensino Fundamental completo, os bairros mais afastados, estavam em fase de construção: “Só tinha mesmo ali a praça, que a gente ia ali pra, pra Cidade Nova, não tem aquele, abaixadora, a gente ia ali que tia, pedia assim, eu já tava na casa de pai nessa época, pedia que a gente fosse na abaixadora levar comida pros meninos que trabalhava lá, era mato viu? Dava trabalho pra chegar alí viu? Morena Bela era muita lama, selão, passava ali se

atolando. A Praça Luiz Nogueira, só não sei se tinha asfalto, já tinha a praça, já tinha a Igreja e tudo.”

Serrinha na década de 70, figurava aspectos peculiares de uma cidade em desenvolvimento, pois as falas dos entrevistados mostram como o centro da cidade é muito lembrado, evidenciando que Serrinha era bem menor e que até mesmo o centro da cidade ainda estava por se tornar um centro urbano, e que as regiões mais afastadas, tinham ainda mais aspectos rurais, como fica evidente na fala de Irene Santiago Oliveira Santana, branca, Ensino Básico completo: “Calma, não tinha violência, e assim localidades, pode ser? Pode falar do Ginásio? Hoje o que é Morena Bela, era um campo aberto, todo no selão, onde todos os alunos do Ginásio, Leobino ia se divertir, era campo de futebol, picula, a garotada toda tava lá, só na diversão.” Outra entrevistada que reforça a fala de Irene Santiago, é Maria Angelita Aquino, negra, viúva: “Não tinha morena Bela nesse tempo. [...] Isso ali, era estrada de chão, aquela estrada não tinha casa nenhuma . A vaquejada aqui, não tinha ninguém, só tinha três casa quando Nina veio morar aqui.” O cruzamento dessas falas, que caracterizam o mesmo lugar, é fundamental, como Aponta Meihy:

O diálogo promovido pelo uso de diferentes fontes que sempre se vale da história oral como forma de complemento das afirmações conseguidas a partir de vários recursos. Nesses casos, o caráter dialógico das fontes orais é ressaltado. (MEIHY. 1996. p.44)

Em Serrinha na década de 70, na fala de Maria Magnólia Santiago de Oliveira, branca, casada, Ensino Superior completo, percebe-se um grupo político que se revezava no poder, e não aceitavam outros posicionamentos que viessem a ameaçar esse poder, bem como Serrinha mostrava uma diferença de classe social, na qual colocavam as mulheres em lugares diferentes dentro daquela sociedade. Sua fala também revela detalhes da paisagem de Serrinha na década de 70:

Serrinha era, o que eu me lembro de Serrinha era comandada por um grupo que não queria deixar vez pra nascer outras ideologias. Então dominavam e quem , quem aderiu as novas ideologias né? Achar que precisa mudança, não é assim, era perseguido. Tinha um jardim bonito, mais bonito que é hoje, o jardim da praça, hoje é uma bagunça, é feio, horroroso, parece mais um...As casas era tudo estilo antigo, não é...Aquelas casas de adobo, as casas eram tudo de adobo, a casa de, de tijolo era pouca, de tijolo só de gente muito rica. É aquele estilo antigo, aquele estilo antigo, você não vê aquelas casas da praça? Aquelas que ainda são antigas? Agora era assim, quem tinha condição financeira, fazia é, é aquelas fachadas muito bonitas, né? Muito

bonitas...Até a rua que tinha calçamento, não era paralelepípedo, era aquela pedra comum, assim meio arredondada².

Serrinha já apresentava lugares que colocava os grupos sociais em contextos diferentes, quando assunto era lazer. As mulheres pobres estavam sujeitas a lazeres através da improvisação, as rezas e festas religiosas, as colheitas e etc, como revela Maria Magnólia:

Quem tinha condição, ia para os clubes, aí acompanhadas. [...] O jardim da praça, ficava ali passeando, para arranjar um namoradinho, era ali passeando, ou no clube, era a Associação Cultural Serrinhense, mas ali era muito...Só que só ia rico. Pobre era o que, fazia as rezas, lá fazia as rezas, as cantigas de roda né? Aí ia brincar no terreiro, as cantigas de roda, e ali nas brincadeiras de roda, se distraía. Aí final de ano apresentava o presépio, uma festa muito bonita, a noite inteira, sobre o nascimento de Jesus Cristo, era a noite inteirinha, era bailado até o dia amanhecer, era muito frequentado, era coisa muito bonita³.

Apesar das restrições, dos poucos eventos na cidade e a vigilância das mulheres, isso não era motivo para que as mulheres não criassem espaços culturais e se envolvessem em lazeres que pudessem promover ou frequentar. Até mesmo porque Serrinha já apresentava festas culturais como Carnaval, a tradicional Vaquejada, que eram momentos em que as mulheres apesar das restrições que havia de forma presente, estavam socializando a sua importância e promovendo tais eventos.

Festa de largo não existia não, naquele tempo não, a festa que existia, era festa religiosa, festa de largo mesmo, não existia não, não existia. Quando começou a... Que trouxeram o carnaval, foi um horror para um pai deixar, eu mesmo, nunca fui em um, nunca fui em uma festa de carnaval, Irene já, já alcançou, mas eu não. Tinha o carnaval, mas era uma festa muito organizada [...]. Saía os cordões, chamavam de cordões né? Que saía, as, as, tinha muito as, assim, pessoal, ligado ao Candomblé, a aí saía esse, os cordões, entendeu? Ali saiu o cordão da Burrinha, saía o grupo da Burrinha, tinha o Bumba meu boi. [...] Aí tinha a rainha do carnaval, as princesas, o rei Momo, tinha não sei o que, era muito organizado⁴.

Os anos 70 foram marcados pelo período no Brasil chamado de Ditadura Militar, que começou em março de 1964, exatamente no dia 31, onde os militares temendo o comunismo no Brasil, despuseram o então presidente da República e aqui na Bahia as agitações foram inúmeras.

Na Bahia, o governador Lomanto Júnior estava alinhado com o governo João Goulart, porém, sendo um moderado, soube apoiar o novo governo e compriu o seu mandato até o final, quando, em 7 de abril de 1967, o

²Maria Magnólia Santiago de Oliveira. Entrevista concedida a Arlan Lima da Silva no dia 08/11/2014.

³Idem

⁴Idem

marechal Castelo Branco, primeiro presidente do ciclo militar nomeou Luiz Viana Filho governador da Bahia, eleito pela Assembléia Legislativa. Para a prefeitura de Salvador foi nomeado o deputado Antônio Carlos Magalhães e iniciou-se a trajetória de um novo líder na política estadual. (FRANCO. 1996. Pág. 120)

A Ditadura Militar em Serrinha, não trouxe sérios impactos na vida da população serrinhense, pois nas entrevistas, os colaboradores não trouxeram grandes informações sobre esse período, sem falar, que o poder político em Serrinha, estava nas mãos daqueles grupos que sempre se revessavam no poder, e este, era privilégio das famílias de importância econômica e intelectual da cidade.

No início da década de 70, o prefeito de Serrinha era Carlos Freitas de Mota, que pertencia ao partido Arena (Aliança Libertadora Nacional), que concorria apenas com outro partido o MDB (Movimento Democrático Brasileiro), os únicos na cidade e criado com a permissão do governo, após o Golpe de 1964, de acordo com a nova reestruturação partidária. Após essa gestão, assumiu o prefeito Aluísio Carneiro da Silva, que foi indicado pelo irmão Plínio Carneiro da Silva, o qual tinha boas relações com o neto de Luiz Viana Filho, apoiador do Regime Militar. Ainda nos anos 70, passou pela prefeitura de Serrinha o prefeito Mariano José de Oliveira Santana, figura popular, devido a ser filho de um farmacêutico e fotógrafo serrinhense muito conhecido, seu grupo político aliou-se a ACM (Antônio Carlos Magalhães), outro governador simpatizante do Regime Militar. E por fim dos anos 70, volta ao poder Aluísio Carneiro da Silva, um governo marcado por alianças políticas, até mesmo contra seus opositores nas eleições para prefeito, nomeado-o seu rival para secretário da Prefeitura. Dessa forma, todos os prefeitos de Serrinha na década de 1970, estavam bem relacionados aos governadores do Estado, os quais apoiaram a Ditadura Militar no Brasil, e um mesmo grupo político se manteve no poder durante toda a década. A política serrinhense durante a década de 70 era majoritariamente masculina, pois não se encontra registros de mulheres em nenhum cargo, por exemplo, vereadoras.

Na década de 1970 Serrinha já apresentava várias instituições religiosas como a Igreja Batista de Serrinha que foi fundada em 21 de novembro de 1923, e a Igreja Batista 15 de novembro, devido a brigas internas entre seus membros. Devido a mais dissidências entre os membros da Igreja Batista 15 de novembro, surge outra igreja em 1978, a Monte Horebe em Serrinha. Outras religiões de menores expressões dentro da cidade de Serrinha se faziam presentes, como Federação de Umbanda do Culto Afro Brasileiro (FUCABASE), fundada em 25 de setembro de 1977, servindo de sede para região. A Loja Maçônica e Fraternidade Serrinhense que existe desde 1948, mas oficialmente, se deu no dia 26 de março de 1954. E o

Centro Espírita Deus Cristo e Caridade, que oficialmente foi fundado em 3 de outubro de 1949.

No decorrer das entrevistas, ficou evidente que as mulheres que eram casadas estavam mais dependentes de seus companheiros, pois até então, o casamento representava, mesmo que indiretamente, a falta de necessidade do trabalho da mulher. No fim da década de 70, a situação das trabalhadoras casadas caía em relação aquelas ao número de mulheres empregadas, que se dividiam entre a casa e o trabalho como diz Bruschine:

Segundo dados disponíveis para 1980, a atividade econômica feminina declina sensivelmente quando se torna mãe; nessa data; enquanto quase 39% das brasileiras sem filhos trabalhavam fora, esse número caía para menos de 30% quando elas se tornam mães (BRUSCHINE, 1994, p. 8).

Serrinha, na década de 70, começava a se tornar um importante centro de influência e de tráfego para outras cidades da região do sisal.

[...] Nesse período, os governos militares que se sucederam a partir de 1964, priorizaram programas rodoviários por todo o país, e Serrinha foi interligada à capital e ao centro-sul do país pela BR-116 (Rio-Bahia), chegando o asfalto em 24 de janeiro de 1969. (FRANCO, 1996. Pág. 155).

Nessa época, Serrinha se tornava bastante conhecida também pelas vaquejadas, que tiveram sua origem em 1968, pois vinham vaqueiros de toda a região para esse evento da cidade. Ao mesmo tempo em que crescia, ainda era uma cidade rural, tinha a maior parte da população vivendo do cultivo da plantação e do comércio informal que existia na cidade. No início da década de 1970, a população de Serrinha, beirava uma média de 47.000 habitantes como mostra o quadro abaixo.

Quadro 1– População de Serrinha – Bahia em 1970

Faixa de idade (anos)	1970
0 a 4	8.480
5 a 9	7.071
10 a 14	6.232
15 a 19	4.954
20 a 24	4.112
25 a 29	3.023
30 a 39	4.457

40 a 49	3.901
50 a 59	2.504
60 a 69	1.427
70 e mais	962
Ignorada	50
TOTAL	47.172

*Fonte-IBGE. Sede * Dados preliminares*

A partir das entrevistas feitas, em sua maioria de mulheres vindas da zona rural da pequena cidade,⁵ a maioria sem escolaridade completa, e todas acima dos 50 anos de idade, foi percebido que elas realizavam trabalhos remunerados, em sua maioria domésticos, ou apenas para subsistência da família, através da agricultura mini fundiária, e praticando a policultura.

A maioria das colaboradoras dessa pesquisa moravam na zona rural da cidade e migraram para o centro por diversos motivos, principalmente para tentar melhores condições de vida, através de outras ocupações e outras formas de “ganhar a vida”. A zona rural não lhes proporcionava melhores condições financeiras, em determinadas situações. Essa mudança da zona rural para o centro não representava uma mudança significativa de realidade, pois no centro da cidade encontrariam uma série de outras dificuldades. E como já afirmado, na década de 1970, Serrinha ainda era uma cidade ruralizada, como disseram os colaboradores, muito pequena, estabelecimentos comerciais muito reduzidos, onde ficou perceptível, que grande parte da sociedade mais humilde, vivia do campo, da cria de animais, da feira livre e da agricultura de subsistência. Dona Perpétua, branca, 69 anos, casada, com apenas o ensino fundamental incompleto, antiga moradora de Serrinha nos revela:

Ele que me ajudava em tudo aqui, eu capinava a roça de mandioca dele, pra ele construir minha casa, não é brincadeira, já trabalhei demais. A roça dele era alí no rio, onde construíram as casas, a roça de mandioca da gente, era alí no rio, aí a gente desmanchemo toda, era tudo de sisal, e eu mais Muliquin, cortava o sisal e fazia as coivaras. E aí, quando nós precisava para construir, eu pagava a Valdo e trocava por limpa de mandioca, para ele construir minha casa.⁶

⁵ Considera-se, aqui Serrinha como uma cidade rural, mas ao seu redor havia outras comunidades, consideradas zona rural em relação à cidade.

⁶Maria Perpétua de Lima Santana. Entrevista concedida a Arlan Lima da Silva no dia 02/11/2014.

Percebe-se nessa fala, que a vida das mulheres serrinhenses, dentro das classes mais pobres, estava sujeita a uma condição baseada em costumes rurais, ainda mais se tratando dos bairros mais afastados do centro da cidade, como é o caso e da maioria das entrevistadas. Nessa fala, percebe-se que a luta dessa senhora, por suas necessidades, se passava embasada nas relações de gênero, pois o seu trabalho não extrapolava as relações familiares, condicionando-a a trabalhar apenas aos arredores de sua casa e de seus familiares, o que na década de 70, era muito comum no contexto analisado. Por outro lado, é possível observar a sua capacidade de agenciamento, de força de trabalho produtiva. Apesar das condições precárias em que se encontrava, pois havia acabado de chegar a pequena cidade, encontrava formas diversas para construir seu lar, cuidar dos filhos e ainda ajudar nas despesas de casa.

Esse transitar das mulheres, entre a zona rural e o centro da cidade, era muito comum, principalmente por conta da agricultura, a atividade mais praticada naquele período. Como diz Djanira Caetano da Silva, 52 anos, sempre morou em Serrinha: “Eu morava na Rua Getúlio Vargas, que é chamada Rua da Bomba (...) Minha mãe saía para trabalhar, e... mais minhas irmãs, trabalhava vendendo verduras na rua, era barracas de verduras na rua”⁷. Dejanira vivia entre o centro da cidade e a zona rural, onde sua família possuía uma casa. Sua mãe e suas irmãs mais velhas viviam ainda mais esse percurso, pois eram mais velhas, trabalhavam não só na feira como em casas de família, e com sisal. Sua mãe tinha barraca na feira livre de verduras. Ela plantava na roça milho, legumes e verduras para vender. O exemplo dessa família, revela as múltiplas sociabilidades das mulheres, que apesar de enfrentar limitações estavam presentes de uma forma participativa na economia da cidade.

Para algumas mulheres como dona Perpétua, que não vivia literalmente do comércio e da agricultura, se estabelecer na cidade era uma outra forma de quem sabe, poder viver de outros serviços e conseguir uma vida melhor do que tinha na zona rural de Candéal: “Em 71 era aqui em Serrinha, eu tive Carlinhos aqui, depois eu fui pra roça, tornei voltar pra roça, pra trabalhar de roça, e aí fiquei lá quatro anos, depois tornei vim pra aqui”⁸. Dona Perpétua tinha vindo morar no centro da cidade, pois seu sogro possuía muitos terrenos e estava dividindo com os filhos. Como estava recém-casada e seu marido à procura de emprego, se organizando na cidade, precisou voltar para onde vivia para trabalhar na roça e conseguir ajudar o marido no trabalho e sustentar seus filhos, já que este não conseguiu trabalho logo que chegou ao centro e nem tão pouco ela, pois não possuía estudo, e a cidade não havia muitas oportunidades para ela, mas isso não impedia essa senhora de trabalhar, de conseguir ajudar

⁷Djanira Caetano da Silva. Entrevista concedida a Arlan Lima da Silva no dia 12/03/2016.

⁸Maria Perpétua de Lima Santana. Entrevista concedida a Arlan Lima da Silva no dia 02/11/2014.

seu esposo, pois além de trabalhar no campo, ela fazia outros serviços, como lavar, passar e entregar roupas para os seus diversos clientes daquela região.

Ela conta que até o próprio local onde reside até hoje, um bairro afastado do centro, era “roça”, mato e as pessoas trabalhavam dessa forma. Ela disse que: “Serrinha era mais era mato, só tinha a praça, por aqui tudo era roça, a gente foi que rocemo e tiremo tudo de roça, e plantando milho e feijão e tudo e criando os filhos trabalhando de roça”.⁹ É interessante perceber como mulheres trabalhadoras rurais contribuíram no processo de expansão da cidade, com o desmatamento e povoamento das áreas periféricas de Serrinha.

Dona Perpétua é um bom exemplo das mulheres na década de 70, mulheres estas que não se prendiam a esperar por seus companheiros para que seus objetivos se concretizassem em suas vidas, mas revela a mulher que trabalhava, que ajudava o marido, que cuidava dos filhos, e que era capaz de realizar os mesmos trabalhos que os homens, principalmente no campo, onde se encontrava o trabalho mais comum naquela época.

Nesse mesmo bairro, havia a presença de plantações, como afirmou Dona Amélia Ferreira da Vizitação, branca, viúva: “Daqui da casa de Seu Lourinho para a casa de Seu Belito, não tinha, aqui plantava feijão, tinha casa, mas não era todas também”.¹⁰ Dona Amélia, outra antiga moradora de Serrinha, que deixou a zona rural de Teofilândia para ali morar. Precisava acompanhar seu marido. Ela fala dessa realidade do bairro da Vaquejada, onde mora, em que se via muitas plantações, onde as famílias cultivavam milho, feijão. Ela mesma e seu marido construíram sua casa, nestes terrenos que ainda eram utilizados para o plantio de diversos produtos.

As trajetórias femininas, marcadas por vezes, ao preconceito e os limites impostos às mulheres no âmbito social, fogem as normas sociais quando se trata de mulheres trabalhadoras, ainda que houvesse uma limitação a sociabilidade das mulheres serrinhenses, haviam a sua participação ativa naquilo que conferia a seus objetivos e trabalhos do seu dia a dia como lembre Louro:

Sem dúvida, desde há muito tempo, as mulheres das classes trabalhadoras e camponesas exerciam atividades fora do lar, nas fábricas, nas oficinas e nas lavouras. Gradativamente, essas e outras mulheres passaram a ocupar também escritórios, lojas, escolas e hospitais. Suas atividades, no entanto, eram quase sempre (como são ainda hoje, em boa parte) rigidamente controladas dirigidas por homens e geralmente representadas como secundárias, "de apoio", de assessoria ou auxílio, muitas vezes ligadas à assistência, ao cuidado ou à educação. (LOURO, 1997. p. 17)

⁹ Maria Perpétua de Lima Santana. Entrevista concedida a Arlan Lima da Silva no dia 02/11/2014.

¹⁰ Amélia Ferreira da Vizitação. Entrevista concedida a Arlan Lima da Silva no dia 02/11/2014.

Por isso, a história das mulheres, se faz necessário, sendo estas também são agenciadoras dos fatos sociais, que por muitas vezes foi esquecida, pois as mulheres dentro das desigualdades de gênero, foram colocadas em segundo plano na história oficial, pois ao público, ao evidente, pertenciam aos homens e o privado as mulheres, os feitos importantes estavam associados ao masculino, por isso, a memória e os “senhores da memória”, traduziram o que seria importante lembrar, o que de fato também lhes conferiam, como diz Le Goff:

Finalmente, os psicanalistas e os psicólogos insistiram, quer a propósito da recordação, quer a propósito do esquecimento (nomeadamente no seguimento de Ebbinghaus), nas manipulações conscientes ou inconscientes que o interesse, a afetividade, o desejo, a inibição, a censura exercem sobre a memória individual. Do mesmo modo, a memória coletiva foi posta em jogo de forma importante na luta das forças sociais pelo poder. Tornarem-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas. Os esquecimentos e os silêncios da história são reveladores desses mecanismos de manipulação da memória coletiva. (LE GOFF, 2003, p. 368) .

As mulheres que estavam nas zonas rurais de Serrinha, se mostram mulheres que estavam inseridas de alguma forma nos trabalhos do campo, eram fundamentais naquela economia e da cidade de maneira geral, pois Serrinha apresentava uma economia baseada no comércio, principalmente dos produtos agrícolas. Estas mulheres ao mesmo tempo em que tinham suas vidas vigiadas pelo sistema machista e cultural da época, encontrava no trabalho formas de ter seu espaço, sua renda, e sua participação no meio social, já que também o deslocamento e os estudos se faziam ainda pouco presentes nessas localidades mais afastadas do centro da cidade.

2.2 OS DESAFIOS DE SER MULHER DO CAMPO

A zona rural de Serrinha apresentava grande parte da população pobre, na década de 1970. Entre essas pessoas, mulheres, que sustentavam suas famílias a partir do plantio, tanto para sua subsistência, como para a comercialização desses produtos. Uma entrevistada que reflete sobre essa relação é dona Angelita Aquino, negra, sem ensino básico completo, moradora de Serrinha até os dias atuais, viveu bem essa realidade presente da mulher serrinhense. “Trabalhava de roça né? Passava com pote pelos pastos cheio de vacas, jogava água na cara das vacas (Risos).”¹¹ Ela ainda disse: “Umas trabalhavam na roça, outras trabalhavam em casas de família, para conseguir seu pão de cada dia né? Naquele tempo não existia emprego como hoje né?”¹².

Angelita morava na zona rural, vivia cuidando dos afazeres de casa e também dos filhos de sua irmã mais próxima, vivia com seus pais, chegou a trabalhar em casas de família. Sua mãe teve dez filhos. Ela diz que quando seu pai chegava doente em casa, já que trabalhava fora, uma prática muito comum entre os homens serrinhenses na década de 1970, era sua mãe que tinha que trabalhar para sustentar a casa sozinha. Devido às estas dificuldades, Angelita, sua mãe e sua irmã, utilizavam o espaço da feira, onde vendiam os produtos que plantavam.

A senhora Maria Magnólia Santiago de Oliveira, branca, também teve família advinda da zona rural de Bela Vista, um povoado próximo à cidade, e por isso contou que em suas férias era comum ir para esta localidade e retirar da natureza a matéria prima para suas produções artesanais, como esteiras de pindoba, que lhe gerava alguma renda:

¹¹ Angelita Aquino de Souza. Entrevista concedida a Arlan Lima da Silva no dia 04/11/2014.

¹² Idem.

Eu mesmo fiz muita esteira, fui muito pra roça puxar pindoba, fazer, como é o nome? Trança de capim, bocapio, esteira. Nas férias, nas minhas férias de junho, final de ano, eu me mandava pra roça, pra puxar pindoba, fazer minha trança, fazer esteira, fazer bocapio, aí dava pra meu tio ir vender na rua, eu só não ia vender.¹³

Para ela, trabalhar era algo tão fundamental, que sua vida, segundo ela na entrevista, podia ser comparada com a “Gata Borracheira”, pois tinha muitos irmãos e sua família era muito humilde. Por isso, após fazer tudo dentro de casa ela ainda arranjava tempo para fazer algum “bico”. Afirmou, na entrevista, que férias para ela era sinônimo de mais trabalho para conseguir algum trocado. Dessa forma, as regras sociais impostas, ainda maiores para as mulheres brancas, não afetavam a conduta dessa mulher que se desdobrava na década de 1970, tanto dentro de casa, quanto em suas férias, além de estudar e liderar movimentos na Igreja Católica, revelando estratégias de liberdade através de várias vertentes da vida social.

As mulheres também eram responsáveis pela movimentação no campo. Não somente os homens que detinham o poder ir e vir, apesar da maior liberdade que possuíam. As mulheres, também possuíam uma certa autonomia, ainda mais se tratando das mulheres pobres. Elas estavam envolvidas em outras atividades além da casa, estavam lado a lado dos homens nos diversos trabalhos primários, como a agricultura, pecuária, na cidade de Serrinha. Assim como diz (HERRERA, 2013, p. 8) “a dificuldade centra-se no que diz respeito a distinção entre o que é trabalho doméstico e trabalho rural agrícola”. Apesar de trabalhar lado a lado com os homens, a mulher ficava em segundo plano quando não tinha suas atividades econômicas reconhecidas, mesmo que fosse para o sustento da casa, aquilo que conseguiam com o trabalho. Assim o poder que o gênero masculino tenta estabelecer sobre o feminino se sobressai. Como diz Albuquerque (2002, p. 5) “o reconhecimento do pai como vetor central da unidade agrícola familiar reforça ainda a desigualdade de gênero e de geração, porque filhos e esposas também conhecem e participam das várias etapas do processo produtivo”.

Dessa forma, por mais que as mulheres estivessem de alguma forma trabalhando e ajudando com sua força de trabalho a seus maridos, pais e afins, estas não tinham os mesmos privilégios que os homens possuíam. É essa relação que apresenta disparidades entre os papéis culturalmente estabelecidos que Scott aponta a importância de falar de ambos os gêneros:

O termo gênero além de um substituto para o termo mulheres, é também utilizado para sugerir em geral que informava sobre as mulheres é

¹³Maria Magnólia Santiago de Oliveira. Entrevista concedida a ArlanLima da Silva no dia 08/11/2014

necessariamente informado sobre os homens que implica o estudo do outro. Essa utilização enfatiza o fato de que o mundo das mulheres faz parte do mundo dos homens, que ele é criado nesse e por esse mundo. (SCOTT, 1995, p. 75).

Lidar com a agricultura, o plantio, a criação de animais e tantos outros trabalhos, realizados por homens e mulheres, não colocava os dois no mesmo patamar de igualdade, uma vez que o trabalho diferenciava os gêneros, e já que os homens ganhavam mais, administravam o dinheiro com a venda dos produtos, em sua maioria, era ele que iria até o centro comprar o que a família precisava, possuíam mais liberdade dentro dessas relações de trabalho. Esses papéis sexuais são transmitidos de geração a geração, condicionando as mulheres, sempre em cargos que ganham menos, ou tenham menos visibilidade e prestígios que possuem os homens. Mas é importante lembrar que esses papéis sexuais não são fixos, eles se constroem e se transformam ao longo do tempo e se constituem através de várias significações como salienta Louro:

É possível pensar as identidades de gênero de modo semelhante: elas também estão continuamente se construindo e se transformando. Em suas relações sociais, atravessadas por diferentes discursos, símbolos, representações e práticas, os sujeitos vão se construindo como masculinos ou femininos, arranjando e desarranjando seus lugares sociais, suas disposições, suas formas de ser e de estar no mundo. Essas construções e esses arranjos são sempre transitórios, transformando-se não apenas ao longo do tempo, historicamente, como também transformando-se na articulação com as histórias pessoais, as identidades sexuais, étnicas, de raça, de classe. (LOURO.1997. p.28).

Dona Juracy Queiroz de Matos, branca, casada, uma moça de 13 anos de idade, ainda no início década de 1970, residia no povoado de Subaé, Serrinha. Dona Juracy perdeu a mãe ainda quando era criança e foi criada por seu pai, juntamente com seus irmãos. Em sua entrevista, ela contou que o sustento de sua família era essencialmente o trabalho no campo, e que todos trabalhavam, inclusive as mulheres, na agricultura. Ela deixou bem claro que sabia pouco falar da cidade nessa época, pois era muito difícil a vinda dela e de outras pessoas da zona rural para a cidade. Isso era frequente em momentos festivos, religiosos, ou por conta de uma necessidade especial, como uma doença ou ir a um hospital por exemplo.¹⁴

Essa distância que muitas vezes existia entre as mulheres das zonas rurais e do centro da cidade fica bem esclarecida na fala de Dona Juracy: “Transporte era animal, era de cavalo, ou então de pé. Muitas vezes a gente vinha de pé, até mesmo para a festa de Santana, que a

¹⁴Juracy Queiroz de Matos. Entrevista concedida a Arlan Lima da Silva no dia 08/11/2014.

gente vinhamos todo mundo de pé. E com 14 anos de idade já não estudava mais, por não ter condições de vir estudar na cidade”¹⁵. Além de toda a dificuldade de transporte e condições financeiras, existia um certo medo dos pais em deixar suas filhas irem para cidade, porque isso, para a época, segundo os entrevistados, poderia trazer uma certa rebeldia e estarem expostas a namoros prematuros.

Por conta dessas dificuldades de deslocamento, os estudos se tornavam mais escassos e informais em algumas zonas rurais como a de Dona Juracy, ela diz sobre o trabalho que ela realizava como professora dos idosos, no povoado de Subaé, mesmo tendo os seus estudos incompletos, ela ajudava como professora na comunidade em que vivia em Serrinha nessa época: “ Eu não tenho muita lembrança, mas foi em 1973, surgiu os cursos que tinha do Mobral. Aí a gente fazia os cursos, e aí a gente ia ensinar os idoso, que era no caso, esses colégio, esses programa que tem do governo que tem aula pros idoso a noite, nós fazia esse trabalho, era a noite, só podia trabalhar a noite, porque as pessoas trabalhavam o dia todo, e aí a gente dava duas horas de aula, das sete as nove da noite.”¹⁶ .” O programa do Mobral , começou a ser desenvolvido em Serrinha no início da década de 1970, com o novo prefeito da cidade, e foi algo muito expressivo e relevante, para as mulheres das zonas rurais, pois as colaboradoras citam esse programa nas suas falas, uma vez que não existiam tantas escolas assim nessa áreas, o que proporcionava uma renda para muitas mulheres da cidade e das zonas rurais, e assim era uma forma da educação chegar as zonas rurais. “O governo de Aluísio foi marcado pelo populismo (Com propaganda maciça em torno dos programas do Mobral) e recebeu apoio do governador Luiz Viana Filho, até 1971.” (FRANCO, 1996. Pág. 151). É importante evidenciar a relação das fontes orais com outros documentos oficiais que só valorizam a veracidades dos fatos como salienta Meihy: “É importante reconhecer que o peso dado aos testemunhos orais coletados ou usados é relativizado em função da documentação central”. (MEIHY. 1996. p. 43).

Além dos testemunhos e da documentação dentro da pesquisa, deve levar em conta a preocupação em conhecer as possibilidades de existência das fontes, elassão fundamentais para qualquer objeto de estudo para história, e se tratando de fontes orais como principal objeto de investigação, as mulheres serrinhenses, que viveram a década de 1970, e são capazes de utilizar a memória para trazer informações daquela década, proporcionou os resultados desta pesquisa, como aponta Meihy:

¹⁵ Juracy Juracy Queiroz de Matos. Entrevista concedida a Arlan Lima da Silva no dia 08/11/2014.

¹⁶ Juracy Juracy Queiroz de Matos. Entrevista concedida a Arlan Lima da Silva no dia 08/11/2014.

No caso de elaboração de projetos em que as entrevistas tenham por objetivo primeiro buscar dados, antes é preciso fazer uma investigação capaz de garantir que tais dados existem ou pelo menos se servem de referência para comprovação. Além disso, é necessário estabelecer os critérios da busca, pois não se trata de trabalho interpretativo de fatos. (MEIHY. 1996. p. 48)

Percebe-se que para as mulheres da zona rural serrinhense havia uma vigilância que dificultava, por exemplo, que estudassem ou socializassem além do lugar em que viviam, limitando parcialmente sua autonomia e impedindo que elas pudessem ampliar sua visão de mundo como construtoras do seu papel dentro da sociedade, além do problema de deslocamento, que era escasso ou dificultoso, como diz Dona Juracy: “Os pais da gente não aceitava a gente vir para cidade, e até porque nessa época aqui na cidade o estudo era bem devagar, pra gente sair de lá da 4ª série, que hoje seria o ginásio, a gente tinha que vim para aqui todos os dias, mas não tinha transporte, o transporte era animal, era de cavalo, ou então de pé, muitas vezes a gente vinha de pé.”

As festividades da cidade ou festas religiosas eram momentos importantes, nos quais as mulheres tinham oportunidade ou bons motivos para irem à cidade, como diz Maria da Graça, 65 anos, branca, separada:

Quando inaugurou o jardim daqui, eu tinha mais ou menos uns dez anos, foi Carlos Mota, o primeiro prefeito, a gente saía de lá da roça de pé, três léguas, saía de pé para aqui, a gente não perdia não, festa, inauguração, a gente vinha, a vida era muito difícil, mas a gente não perdia não. Olha, missa de Natal, de ano novo, a gente não perdia, minha mãe vinha caminhando, de pé e voltava de pé, era maravilhoso, naquele tempo, maravilhoso, era muito bom, era cansativo, mas era muito bom¹⁷.

Percebe-se nessa fala que, para mulheres das zonas rurais, ir ao centro da cidade devia ser uma atividade acompanhada, seja pela mãe, ou com os irmãos, ou até mesmo com os vizinhos ou parentes, como diz também Angelita Aquino: “Só saía assim com uma turma de colega, mas aquelas mulheres que já tinha marido, pior, tava ali enterrada, só dentro de casa a vida toda, só cozinhando, lavando pano, dando de comida a filho, todo ano um filho e acabou.”¹⁸ Aqui, percebe-se claramente as estruturas de poder que tentavam limitar do mundo feminino das mulheres rurais em Serrinha, havia uma vigilância, que buscava reduzir a liberdade das mulheres nos espaços sociais, como se toda a honra da família fosse apenas

¹⁷ Maria da Graças Oliveira Nascimento. Entrevista concedida a Arlan Lima da Silva no dia 17/11/2014.

¹⁸ Angelita Aquino de Souza. Entrevista concedida a Arlan Lima da Silva no dia 04/11/2014.

justificada pelo comportamento das mulheres. Cristiane Lima Santos lembra que, no que diz respeito à participação feminina nos espaços públicos em Feira de Santana- Ba.

Na cidade que se quer moderna, também o modo de se comportar e se expor no espaço privado, precisava ser delineado por uma visão de modernidade e por um conjunto de valores que impunha padrões de comportamentos. Como bem acentuou Ramos ¹¹⁷, a década de 1940 assinalou a presença das mulheres da pequena elite feirense nos espaços públicos, portanto, não estavam mais restritas à casa e/ou à reclusão familiar, contudo a presença destas nos espaços públicos requereu a imposição de limites na circulação e no contato com outros sujeitos. Nota-se ainda a elaboração do modelo de jovens – moças e rapazes – compromissados e participativos na urbe moderna. (SANTOS. 2010. Pág. 63)

As memórias que vem a tona quando se é perguntado algo, bem como estas lembranças se expressam ao seu modo pelo colaborador, é importante no processo de escrita dos fatos, pois ao revisitar o passado através das lembranças, gestos, emoções, conclusões, são expressados na maneira em que se fala desses aspectos e como os mesmos eram vistos por estes personagens reais, trazendo assim importantes conclusões de como aquilo era vivido e experimentado individualmente e pela comunidade da época.

O que foi lembrado, como foi narrado, em que circunstância, foi evocado o fato, tudo isso integra a narrativa, que sempre nasce na memória e se o projeta na imaginação, que, por sua vez, se materializa na representação verbal que pode ser transformada em fonte escrita. (MEIHY. 1996. p. 52)

Seu Renato Reis, negro, casado, trás a imagem das mulheres dos anos 1970 em Serrinha, um tanto mais modernas, contrastando com a vigilância e restrições que havia para as mulheres naquela década em Serrinha: “Gostavam de fazer festa, e namoradeiras, tinham certa liberdade para namorar, a diferença é que hoje é mais civilizado, mais descoberto, naquele tempo ficava encobrendo, namorando escondido, os pais eram meio rústicos, tinham que fazer o que eles queriam”. Na fala de Renato percebe-se uma diferença nos papéis sociais que homens e mulheres exerciam naquela sociedade, ao mesmo tempo que também percebe-se que as regras impostas não impediam que as mulheres vivessem suas aventuras amorosas, pois salienta ele como as mulheres precisavam esconder, camuflar seus desejos e objetivos, pois as relações amorosas deveriam ser cercadas de pudores e permissões dos pais, evidenciando as relações de gênero, como elas se constituem, como lembra Louro:

Suas identidades sexuais se constituiriam, pois, através das formas como vivem sua sexualidade, com parceiros/as do mesmo sexo, do sexo oposto, de ambos os sexos ou sem parceiros/as. Por outro lado, os sujeitos também se

identificam, social e historicamente, como masculinos ou femininos e assim constroem suas identidades de gênero. Ora, é evidente que essas identidades (sexuais e de gênero) estão profundamente inter-relacionadas; nossa linguagem e nossas práticas muito frequentemente as confundem, tornando difícil pensá-las distintivamente. (LOURO. 1997. p. 26 e 27).

Muitas mulheres trabalhavam em casas de família, como diz dona Angelita Aquino: “Aí nesse tempo voltei para a roça de novo, passei um bando de tempo lá, depois vim para rua, trabalhar na rua”¹⁹. Dona Angelita trabalhava na feira, vendendo os produtos que ela plantava junto com sua família no centro da cidade, prática feita até hoje por alguns membros de sua família, e também chegou a trabalhar em casas de família, antes de morar definitivamente no centro da cidade.

Trabalhar em casas de família para essa época, apesar de muito comum entre as mulheres pobres, não era algo bem visto pela sociedade, principalmente para os seus companheiros, pois, ao sair de casa para trabalhar fora, como doméstica, “retiravam” dos homens o poder de controle que eles imaginavam ter. Havia também muitas mulheres que trabalhavam como lavadeiras e engomadeiras, por conta da falta, muitas vezes, de estudo. Sobre os trabalhos comuns realizados em Serrinha, lembra dona Maria Magnólia: “Naele tempo era o que? Era costureira, era, mas já existia, alguém trabalhando no Banco d Brasil, já existia né? Algumas, algumas, algumas, professora, mulher naquele tempo era essencialmente professora, não é? É tanto que eu estudava para ser professora. [...] Mas era professora, era costureira, banco era pouca mulher, era muito pouco ainda, naquele tempo, muitíssimo pouco.”

Uma das entrevistadas, Dona Sônia, negra, casada, portadora de Ensino Médio completo, advinda de um vilarejo próximo, fala um pouco sobre isso: “Já havia pessoas na minha região que saíam para trabalhar em casas de família”²⁰. O senhor Joaquim Alves de Souza Neto, 58 anos, branco, também fala do trabalho da mulher serrinhense como doméstica. Eram poucas as mulheres conseguiam sair do povoado onde morava, mas algumas se tornavam empregadas domésticas na cidade de Serrinha: “Muito não, quando vinham era para trabalhar de domésticas, não como hoje, era bem menos, mas já existia sim”²¹.

Essa atividade era muito comum em Serrinha, pois as oportunidades de emprego para as mulheres, segundo os entrevistados, eram poucas, e muitas eram informais. Ser empregada

¹⁹ Angelita Aquino de Souza. Entrevista concedida a Arlan Lima da Silva no dia 04/11/2014.

²⁰ Maria Sônia Santos da Fonseca. Entrevista concedida a Arlan Lima da Silva no dia 05/11/2014.

²¹ Joaquim Alves de Souza Neto. Entrevista concedida a Arlan Lima da Silva no dia 19/04/2016.

doméstica é uma profissão que recentemente ganhou seus direitos devidos, mas, na década de 1970, eram inexistentes, como salienta Bruschine:

Seus direitos eram totalmente negados e quase inexistentes, entre as empregadas domésticas, uma das que mais concentram empregos feminino, o direito ao registro de carteira ainda é uma conquista recente e nem sempre tem sido cumprida. (BRUSCHINE, 1994, p.13).

Por longos anos essas trabalhadoras domésticas tiveram um importante papel na sociedade serrinhense, já que foi tão citada pelas fontes, mas seu reconhecimento foi um longo processo, para que seus direitos fossem legalmente oficializados:

No Brasil, o trabalho doméstico foi inicialmente disciplinado pelas Ordenações do Reino. Posteriormente, pelo Código Civil de 1916, foi tratado como locação de serviços. Aos trabalhadores “locados”, o Código Civil assegurava apenas o direito à contraprestação pelos serviços prestados. Quando publicada a CLT, em 1º maio de 1943 para vigor em 10 de novembro daquele ano, seu artigo 7º, letra “a”, excluiu as trabalhadoras domésticas, foco deste texto, de seu campo de aplicação. Somente em 1972, com a Lei nº 5.859/72, foi-lhes atribuída condição de sujeitos previdenciários, sendo-lhes assegurado: registro na carteira de trabalho; inscrição como segurada obrigatória da Previdência Social; e, férias anuais remuneradas de 20 dias úteis, após doze meses de trabalho. (BIAVASCHI, 2015, p. 5 e 6)

No início das regulamentações do trabalho doméstico na Bahia, como em outros estados, o controle dessas mulheres e homens dentro do trabalho, eram vigiados e inscritos pelo polícia, na tentativa de assegurar o controle dessas pessoas, após a escravidão, que via nos homens e livres uma ameaça aos patrões e as classes altas, como também privilégios para estes, pois não é atoa, que o trabalho doméstico no Brasil foi devidamente legalizado a pouco mais de quarenta anos.

Em 30 de dezembro 1886, vereadores da Câmara Municipal de Salvador, em sessão extraordinária, aprovaram o primeiro projeto de “Posturas sobre locação e serviço doméstico” do Município. O projeto obrigava pessoas “livres ou libertas”, cozinheiros, copeiros, lacaios, cocheiros, jardineiros, moços de hotel, casas de pasto e hospedarias, costureiras e engomadeiras, amas secas e amas de leite, e pessoas “de qualquer serviço doméstico” a se inscreverem na Secretaria de Polícia, como criados, quando desejassem prestar serviços em troca de salários. (BIAVASCHI, 2015, p. 5 e 6)

As relações de gênero são fundamentais, para que se possa entender a liberdade forjada socialmente para os homens e o recato que deveriam ter as mulheres, perante a sociedade. Mas essas oposições entre o masculino e o feminino, precisa ser analisada como algo que não se pode determinar sem que haja uma análise mais aprofundada, segundo Louro:

A desconstrução trabalha contra essa lógica, faz perceber que a oposição é construída e não inerente e fixa. A desconstrução sugere que se busquem os processos e as condições que estabeleceram os termos da polaridade. Supõe que se historicize a polaridade e a hierarquia nela implícita. (LOURO. 1997. p. 32)

No processo de reprodução dos papéis de gênero, os membros da família adquiriam desde muito cedo as obrigações comuns aos sujeitos do campo. A necessidade e a vida mais simples do camponês, obrigava cada um a ajudar no trabalho e no sustento da família. Seu Joaquim lembrou bem este aspecto:

Na minha época aos oito anos de idade a gente já ia pra roça com os pais, plantar, entendeu? Plantar milho, feijão, capim, tudo. A gente sempre ajudou em tudo a família. As meninas também ajudava, também ajudava, na plantação mesmo, as mulheres que plantava né? Os homens cavavam as covas de milho, feijão, o que fosse, e as mulheres plantando, mulheres e meninas também né? Meninas também ajudavam.²²

A renda das famílias que residiam na zona rural de Serrinha na década de 70, era basicamente ligada as próprias culturas agrícolas da região, como a plantação de milho, feijão, mandioca, lida com sisal, criação de animais, abate, farinha e etc. Era uma prática muito comum na década de 70, nos povoados de Serrinha, as mulheres, assim como os homens, serem contratadas por fazendeiros para trabalharem em suas terras, plantando, limpando mandioca, estendendo sisal, arrancando toco, dentre outros. Salienta Dona Juracy:

A gente trabalhava na roça, é... Assim, a gente trabalhava para as pessoas, no caso, fazer plantio, plantar mandioca, feijão. (...) Aí a gente tinha que ajudar o pai, tinha que ajudar e trabalhava, e trabalhava na enxada, aí depois, que a gente ficou mais velha um pouco, chegou para os treze, quatorze anos, trabalhava fora assim, trabalhava para as pessoas, arrancando mandioca, essas coisas assim, tudo na roça.²³

Dona Maria da Graça, já citada acima, também fala dessa relação que existia na zona rural, entre as mulheres que conseguiam uma renda auxiliar e ajudar sua mãe, a qual a criou sozinha. Ela diz: “Eu trabalhei lá plantando capim para o vizinho, para ganhar dinheiro, pra ajudar a comprar as coisas, Rafael, meu irmão, trabalhou bastante, trabalhava de segunda a sexta, pra ganhar o pão, pra dar comida a mim, a gente, a minha mãe também trabalhava muito.”²⁴ Cruzando essa fala com a fala de outra entrevistada, Maria Valdeci de Lima, negra,

²² Idem.

²³ Juracy Queiroz de Matos. Entrevista concedida a Arlan Lima da Silva no dia 08/11/2014.

²⁴ Maria da Graças Oliveira Nascimento. Entrevista concedida a Arlan Lima da Silva no dia 17/11/2014.

separada, 60 anos, que morava no Regalo, povoado de Serrinha, ela diz: “Mas quando a gente assim, um dia, achava um dinheiro pra comprar uma roupinha, uma sandalha, aí a gente ia pra fazenda de Doutor Alberto, entendeu? Plantar um capim, aí ganhava um dinheiro.”²⁵

Todo esse trabalho realizado pelas mulheres serrinhenses era comandado direta ou indiretamente pelos homens, seja o pai, um irmão, marido, ou mesmo o empregador. Isso não quer dizer, no entanto, que elas não eram protagonistas dos processos, pois, através do trabalho conseguiam dinheiro para se manter, para comprar pequenas coisas, em uma realidade árida e de difícil convivência:

No semiárido nordestino, a agricultura familiar é realizada por membros da família, independentemente do sexo e da idade. Assim, é comum a participação de mulheres, crianças (desde os 7 anos de idade) e pessoas velhas, mesmo que em proporções menores do que os demais componentes, os adultos homens e mulheres. (MELO, 2002, p. 4).

Percebe-se que as mulheres tiravam da roça a sua sobrevivência e sua renda. Possuíam poucas oportunidades de estudos, por conta de uma deficiência das escolas que não atendiam a zona rural de maneira plena, pela falta de transporte que não as traziam para a cidade e pela labuta que cada uma tinha, para ajudar nas despesas e no sustento da casa. A cultura do estudo pouco se fazia presente nos povoados de Serrinha, não apenas pela falta de empenho dos governantes, mas o Brasil viveu por muito tempo a base do comércio e da agricultura. Por isso, trabalhar na roça e tirar dela o seu sustento era a via principal de se modificar a realidade.

Muitas mulheres só saíam de casa quando partiam à procura de outros trabalhos nos centros das cidades, ou quando se casavam. Como diz Maria Valdelemi de Lima:

Porque naquele tempo era atrasado, naquela época não tinha professor, entendeu? Tinha, mas era difícil, um dia tinha, uma semana não tinha, outra semana não tinha, entendeu? Era longe, a gente caminhava muito para ir, e para a gente poder ir pro colégio, a gente ia carregar água primeiro, naquele tempo atrasado, caçar lenha, deixava em casa, saía de casa já era umas nove horas. Quando chegava no colégio, os outros já vinha de volta. A vida muito sofrida, a vida da gente, naquele tempo, naquela época, era uma vida que a gente sofria muito²⁶.

As dificuldades de estudar e a necessidade de trabalhar não proporcionavam novas perspectivas de vida para as mulheres serrinhenses naquela década, levando-as a depender

²⁵MariaValdelemi de Lima. Entrevista concedida a Arlan Lima da Silva no dia 10/04/2016.

²⁶MariaValdelemi de Lima. Entrevista concedida a Arlan Lima da Silva no dia 10/04/2016.

mais e mais dos homens que viviam com elas, pois, se as mulheres não possuíam uma formação que pudesse lhe dar destaque na sociedade, como por exemplo Maria Valdeci, que teve um passado muito pobre, e batalhou muito para conseguir o seu sustento, e ir morar na “rua”, aos homens ainda lhes restavam a liberdade de procurarem outras oportunidades fora do campo estudado. O que não descaracteriza o esforço dessas mulheres que de alguma forma não viviam exclusivamente do casamento, dos próprios pais, para ter algo que fosse seu, e que fosse resultado do seu próprio trabalho. É como diz Dona Juracy, quando fala sobre as dificuldades de estudar naquela época, para se dedicarem ao trabalho, como forma de melhorias para sua condição feminina: “Por conta de trabalhar, de trabalhar na roça, boa parte delas, não... Não tinha chances, tinha que trabalhar, e como não tinha curso a noite, então era só o dia para trabalhar, tinha que trabalhar para ajudar a família.”²⁷

Na década de 1970, o casamento era uma contradição na vida das mulheres, pois, se representava certa liberdade em relação à sua família e obrigações de casa, a vida de casada poderia ser mais privativa ainda, pois havia as obrigações de educar, cuidar das atividades do lar, e ainda administrar a vida do marido e dos filhos, não levando grande parte das mulheres a ter novos caminhos para desenvolverem suas capacidades que extrapolassem o condicionamento de mães de família, por outro lado, essas mulheres mostram total poder de agenciamento da própria vida e de seu trabalho, administrar o lar como única possibilidade para muitas mulheres, os vários filhos que naquela época era comum, cabia a elas esta responsabilidade, e além disso coordenar todas as atividades domésticas, como lembra Maria Angelita Aquino: “Mãe trabalhava mais do que pai, no caso, (risos). [...] Tinha meus pais, era tudo vivo, pai saía para trabalhar, quando voltava doente, mãe é que sustentava a casa, dez filhos pra dar comida viu? É mole? Ai, ai.” Para aquelas mulheres que estavam também fora de casa trabalhando como domésticas, ou por conta própria, mostram como as mulheres serrinhenses já estavam ocupando seu espaço na sociedade, mesmo que houvesse a tentativa de manipulação da liberdade feminina.

²⁷ Juracy Queiroz de Matos. Entrevista concedida a Arlan Lima da Silva no dia 08/11/2014.

3 TRABALHO E OS DESAFIOS DE SER MULHER, HONRADA, CASADA, E MODERNA

O casamento, até a década de 1970, era algo importante para garantir uma certa liberdade para a mulher, em relação a sua família. Segundo Guacira Lopes Louro:

O trabalho fora seria aceitável para as moças solteiras até o momento do casamento, o trabalho também para as mulheres que ficassem sós – as solteironas e viúvas. Não há dúvida que esse caráter provisório ou transitório do trabalho também acabaria contribuindo para que os salários se mantivessem baixos. Afinal, o sustento da família cabia ao homem; o trabalho externo para ele era visto não apenas como sinal de sua capacidade provedora, mas também como um sinal de sua masculinidade (LOURO, 2010, p. 453).

Dessa forma, esse tipo masculino, provedor, estava em todas as classes sociais. E, da mesma forma que havia um sistema cultural que determinava o papel masculino, também influenciava a atuação das mulheres, marcadas por questões de classe e de raça. A esse respeito, Ricardo Batista afirma que:

Atitudes femininas de inversão da ordem estavam relacionadas principalmente as dificuldades econômicas e de raça. Contudo, não chegavam a transformar a posição privilegiada do sexo oposto, e nem a maneira pela qual a forma dominante de apropriação da cultura encarnava a questão da virgindade. E, apesar de a sexualidade feminina não ser vivenciada da mesma forma por diferentes grupos sociais, as tentativas de controle desta, através do casamento e da família, perpassavam todas as classes (BATISTA, 2014, p. 87).

As relações de gênero, muito mais do que apenas salientar as diferenças entre homens e mulheres, ajudam a perceber como a sociedade mantém os seus padrões para definir o conceito de sociedade de maneira geral, os papéis de homens e mulheres dentro dessa sociedade, quando fica perceptível as limitações e liberdades dos sexos opostos. Maria Magnólia falou um pouco das tarefas de casa, que já demonstra extrema diferenciação entre o que seriam coisas de mulheres e coisas de homens:

Um homem para ajudar a gente fazer as coisas dentro de casa, precisava, tinha aquele nome, “fulano é uma maravilha”, era um homem muito gente boa, que tinha sensibilidade pra ajudar a sua mãe, a sua irmã, pra ajudar sua esposa a fazer as coisas, era preciso... Porque o homem, a carga de trabalho era nele, então ele tinha que sair, para trabalhar e dar conta do pão de cada dia, então era muito difícil, para ele chegar ainda cansado né? E ainda ter essa condição de ajudar (...)”²⁸.

Nessa fala, percebe-se, que todos os trabalhos da casa pertenciam à mulher, ficando a cargo delas tudo que se referisse ao cuidado com o lar. Sendo assim, a condição feminina de trabalhar em casa, e fora dela em algumas situações específicas, reforça a tentativa de dominação da mulher, vinda do homem.

Tais práticas, mostram como às mulheres era imposto um modelo que deveria ser seguido, e exercendo a função de reprodutoras que as colocavam num lugar diferente dos homens. A elas era destinado o papel de educadora e a eles o papel de organizar o trabalho dentro e fora da família.

Ter uma mulher que fosse uma boa dona de casa, era a certeza de manter sua honra como homem, pois ter uma esposa prestativa e, presumidamente submissa, estava ligado ao prestígio que deveria ter um pai de família, que evidentemente também estaria ligado a sua esposa a partir de conduta digna de uma “mãe de família”, evidentemente sem algum escândalo que colocasse a sua vida sexual de maneira exposta.

Percebe-se assim que, o que pertence à vida familiar era definido para as mulheres, e a vida social com homens, gerando dessa forma a conjuntura social da época e contribuindo para manter o papel que homens e mulheres exerciam na sociedade. Como diz Djanira Caetano:

Ói...Tinha até esse dizer assim, é é, eu alcancei dizendo que os homens diziam assim:

²⁸ Idem.

- Ói, eu vou casar para a mulher cozinhar meu feijão. Certo? Então tinha, existia esse preconceito dos homens não querer que as mulheres trabalhassem, que era para ficar dentro de casa, para cuidar de filhos e cuidar de casa e deles né? Existia muito isso na época né? Existia esses preconceitos. (Risos).²⁹

Ao mesmo tempo que a honra da mulher era legitimada por conceitos masculinos, as mulheres também tinham a responsabilidade de guardar a honra, e obrigação de manter longe aquilo que ofendesse o nome de sua família, principalmente ao pai. Como os homens serrinhenses estavam, muitas vezes, fora da cidade, porque tinham que trabalhar, isso ficava a cargo das esposas, como diz Maria Trindade:

Dona de casa. A maioria das mulheres eram donas de casa, os homens que saíram para trabalhar. Assim, nessa época era assim, a mulher tinha como obrigação, criar os filhos, educar os filhos e não deixar as meninas virarem putas, é verdade! E os meninos, não existia maconha não, os meninos tinham que trabalhar, criança... Menino homem, chegava a faixa de sete, oito anos, já ia ajudar o pai, era nessa faixa, e as meninas ajudar a mãe dentro de casa. E nessa época era assim, existia cabarés, [...] Hoje tem motel né? Mas antigamente era cabaré. Então as mães tinham cuidado com as filhas para não virarem prostitutas, porque nessa época era assim, e uma moça não casasse virgem, ela era devolvida aos pais e era jogada pedra, virava a puta da cidade³⁰.

Nesta fala, percebe-se o quanto a honra feminina era importante na cidade de Serrinha, em que as mulheres “da vida” eram mal vistas e moças direitas não deveriam se portar ou ter hábitos que tirassem delas a dignidade, a importância de bons costumes e recato, para terem algum valor dentro da sociedade. Tudo isso era muito restrito, na década de 1970, pois apesar de serem práticas comuns naquela época, era algo que envergonhava as moças que praticavam esse tipo de coisa, e o medo da sociedade de que isso chegasse as moças “direitas”, como diz Dona Juracy: “Os bares, os bordeis, que hoje eles chamam...Como é? Lugar de prostituição, existia tudo isso, mas sempre era uma coisa mais sigilosa, não é como hoje aberto.” Sendo assim, existiam essas normas, para que as mulheres decentes fossem modelo, e seu exemplo fosse seguido por outras mulheres. Ao trabalhar a condição feminina em Jacobina na Bahia, Batista analisou as relações entre homens e mulheres daquela região no que se refere à prostituição, e falou sobre o caráter da mulher modelo:

A necessidade de que a mulher qualificada com “as direitas” vigiasse o seu comportamento no espaço público, não usando enfeites em demasia, decotes,

²⁹ Djanira Caetano da Silva. Entrevista concedida a Arlan Lima da Silva em 12/03/2017.

³⁰ Maria Trindade Sousa Costa. Entrevista concedida a Arlan Lima da Silva no dia 23/02/2017.

portando-se sóbria e modestamente, era uma forma diferenciá-la das prostitutas. Até mesmo o espaço urbano se organizava na tentativa de estabelecer fronteiras simbólicas. [...] Muitas mulheres consideradas “decentes” permaneciam no alto da Missão apenas até às 10 horas da noite, com receio de ficarem faladas. As restrições no horário de circulação, e o cuidado de algumas moças, no sentido de perseverar a sua imagem, constituem exemplos de como biopoder insidia na vida social. (BATISTA, 2014, p. 75-76).

Mesmo que existissem privilégios na liberdade masculina, as mulheres exerciam alguma autoridade dentro das relações familiares, pois a estas cabia toda a educação dos filhos e as responsabilidades de casa eram delas, ou em cargos e instituições onde elas tinham alguma importância.

A subalternidade da mulher, não significa ausência absoluta de poder. Em todas as sociedades conhecidas as mulheres detém parcelas de poder. As mulheres sobrevivem graças exclusivamente aos poderes reconhecidamente femininos, mas a luta que trava com os homens. (SOARES, 1994, p.8)

É sobre essa desconstrução que Vera Soares, no texto “Movimento Feminista – Paradigmas e desafios”, a questão do gênero, está sobreposta ao sexo, desconstruindo assim uma visão mais antiga que relaciona o gênero apenas ao sexo, evidenciando as diferenças apenas por questões biológicas, e pouco estruturais.

Sendo assim, as mulheres serrinhenses que foram entrevistadas para esta pesquisa exerciam as diversas atividades econômicas, seja em trabalhos braçais ou mesmo em casa cuidando dos afazeres domésticos. A limitação imposta às mulheres, na década de 1970, estava entrelaçada às posições que ocupavam o homem e a mulher dentro da sociedade, e dentro das relações de poder, passadas de geração em geração. A mulher era a grande protagonista da honra, levando a carregar sempre uma boa imagem, mesmo que para muitas seja algo mais difícil como aponta Rachel Soihet:

A honra da mulher constitui-se em um conceito sexualmente localizado do qual o homem é o legitimador, uma vez que a honra é atribuída pela ausência do homem, através da virgindade, ou pela presença masculina no casamento. Essa concepção impõe ao gênero feminino o desconhecimento do próprio corpo e abre caminhos para a repressão de sua sexualidade. Decorre daí o fato de as mulheres manterem com seu corpo uma relação matizada por sentimentos de culpa, de impureza, de diminuição, de vergonha de não ser mais virgem, de vergonha de estar menstruada etc. (SOIHET, 1989, p. 389).

Apesar das limitações impostas às mulheres, em muitas situações que envolviam principalmente as classes mais pobres, as atividades que elas exerciam escapavam a estas limitações. Em relação às mulheres com maiores condições sociais, um espaço dominado por elas, que merece muita atenção, era a educação em Serrinha, pois, a maioria das profissionais da educação eram mulheres, como diz Dona Magnólia: “Em 71 eu estava, eu era estudante na Escola Normal, que a gente estudava para ser professor primário”³¹.

Em Serrinha, o curso de magistério que começou desde o início em 1958, foi até o ano de 2014, com o encerramento da última turma. Pessoas de outros municípios vinham para cursá-lo, devido a formação que oferecia para as mulheres. As que possuíam um grau de instrução ou tinham mais oportunidades de estudar, diferente daquelas mais pobres e mais afastadas do centro da cidade, viam no magistério uma oportunidade de emprego, e seguir uma profissão que, naquela época, era comum: ser professora.

A profissão de professora era, em sua maioria, exercida pelas mulheres. Como diz Maria Magnólia: “Pra quem estudou, se formou, aqui naquele tempo, a formatura naquele tempo era segundo grau, era magistério, era professor, então tinha muito mais professora do que professor, eu fiz magistério”.³² A relação das mulheres e a sala de aula também passava por questões de gênero, em que a sociedade ditava as regras do que seria lugar de homem e lugar de mulher. Isso pode ser observado quando, na sala de aula, a figura feminina exerce o mesmo papel da mãe de família de casa, principalmente no que diz respeito à moral e os ensinamentos daquelas que são modelos para a sociedade, como diz Louro:

Ora, respondem imediatamente alguns/as, a escola é feminina, porque é, primordialmente, um lugar de atuação de mulheres — elas organizam e ocupam o espaço, elas são as professoras; a atividade escolar é marcada pelo cuidado, pela vigilância e pela educação, tradicionalmente femininas. Além disso, os discursos pedagógicos (as teorias, a legislação, a normalização) buscam demonstrar que as relações e as práticas escolares devem se aproximar das relações familiares, devem estar embasadas em afeto e confiança, devem conquistar a adesão e o engajamento dos/as estudantes em seu próprio processo de formação. Em tais relações e práticas, a ação das agentes educativas deve guardar, pois, semelhanças com a ação das mulheres no lar, como educadoras de crianças ou adolescentes (LOURO. 1997. p.88).

Ainda nos anos 1970, a dificuldade em estudar era muito presente entre as mulheres pobres serrinhenses. Nessa época, além das poucas oportunidades de trabalho, segundo os entrevistados, havia ainda um certo preconceito dos mais velhos em deixar suas

³¹ Idem.

³² Idem.

filhas estudarem, além disso, muitas mulheres abandonavam os estudos pela necessidade de trabalho ou a formação de família, como já foi dito. Para muitas mulheres, os estudos eram trocados pelo trabalho e, quando se tornavam mães, em sua maioria, o estudo se tornava algo ainda mais distante. Então existia uma relação direta entre maternidade e trabalho. Além de trabalharem para ajudar sua família e seus maridos, o trabalho e os afazeres de casa eram fundamentais, pois os estudos naquela época, era para as pessoas que tinham melhores condições financeiras, como diz Dona Magnólia:

Naquele tempo o governo não dava nada pra gente não, era pra estudar, era os ricos, e ainda para você ir para a escola, você tinha que pagar, a escola era paga, pagava uma, uma taxa escolar, para poder frequentar. Aí quem não tinha condição, como eu mesmo, tinha que chorar, chorar, a gente ia para a delegacia, pedir um atestado de pobreza³³.

Maria Magnólia é bom exemplo de mulher que nos anos 70, lutava e buscava através dos estudos uma ascensão na vida, tanto profissional e educacional, pois as dificuldades financeiras que passava, lhe dava motivos para buscar melhorias, não é atoa que na década de 70, ela conseguiu se formar em dois cursos, contabilidade e magistério, o que era oferecido na cidade, e passou em dois concursos públicos.

Existia, segundo Magnólia, provas para entrar no antigo ginásio, mais rigidez dos professores, e as mulheres mais afastadas do centro da cidade não tinham transportes. Tudo isso contribuía para que as mulheres não tivessem motivações para continuar seus estudos. Ela diz: “Naquele tempo o governo não pagava a ninguém para estudar, então a gente jovem, pobre, para estudar, pobre, era na força, um ajudando o outro”.³⁴

Além dessa dificuldade de as mulheres pobres estudarem na cidade de Serrinha, existia, por parte de muitos pais de família, um preconceito contra as mulheres estudarem. Para eles isso era uma certa “modernidade” para as moças daquela época. Muitas ficaram fora da escola porque seus pais, não permitiam que suas filhas a frequentassem, como diz Maria Magnólia:

Todas não, porque muitos pais não deixavam. Muitos pais não deixavam, tinha medo que a filha estudasse, porque tinha medo de se perder, de se perder, no quesito que a gente chama hoje de perversão, entendeu? Então naquele tempo ele dizia: “Vai pra estudar, pra se perder... Vai...”, muitas não iam porque o pai não deixava. É tanto que quando começou o estudo noturno, o ensino noturno, foi uma confusão, porque muitas queriam já durante o dia estudavam, ô, trabalhavam, né? Já tinha aquele trabalho, e a noite para ir para o colégio, era muito difícil para conseguir.³⁵

³³ Maria Magnólia Santiago de Oliveira. Entrevista concedida a Arlan Lima da Silva no dia 08/11/2014.

³⁴ Maria Magnólia Santiago de Oliveira. Entrevista concedida a Arlan Lima da Silva no dia 08/11/2014.

³⁵ Idem.

Percebe-se nestas falas que havia por parte do governo, e das próprias famílias, muitas restrições no que diz respeito à oferta do ensino público. Sendo assim, ficava por conta das mulheres arcarem com seus estudos e as despesas que ele trazia para sua família, outro motivo, que por vezes, limitava a participação das mulheres na educação. Como disse Magnólia, os próprios pais também eram entraves nas sociabilidades das mulheres em relação aos estudos, mostrando assim, o seu lugar desprivilegiado em relação aos homens, começando dentro da própria casa. Mesmo diante dessa sociedade preconceituosa em relação as mulheres, os anos 70, foram anos de lutas e mudanças de comportamento em relação as mulheres, como diz Maria Magnólia:

Mas foi um momento de ascensão da mulher, de mudanças né? E aí teve muita, muita mulher, que agora enfrentou o colégio, o colégio encheu que dali pra trás né? Que, que tinha uma profissão? Que era o que? Professora, costureira, era...Essas coisas. Então, nesse momento aí, a mulher foi para o colégio, e assumiu uma identidade diferente né? É tanto que você vê de lá pra cá, hoje tem mulher em todas as áreas, todas as áreas, naquele tempo não, era só professora, costureira, auxiliar de cozinha, né? Lavadeira, passadeira, fazer artesanato.

Havia o medo da sociedade em ter mulheres que quebrassem os padrões impostos, pois poderia trazer problemas em condicionar o seu papel apenas de dona de casa. Deveriam ser mulheres “honradas”, pois, apesar da profissão de professora por exemplo, parecer uma profissão em que as mulheres estão num ambiente com total liberdade para exercerem sua feminilidade e administram todo ambiente escolar, ainda era motivo para que houvesse uma vigilância com essas mulheres. A mulher que estava fora de casa, estava sujeita a olhares de estranhamento, como aponta Guaracira Lopes Louro:

Percebida e constituída como frágil, a mulher precisava ser protegida e controlada. Toda e qualquer atividade fora do espaço doméstico poderia representar um risco. Mesmo o trabalho das jovens das camadas populares, nas fábricas, no comércio ou nos escritórios era aceito como uma espécie de fatalidade. Ainda que indispensável para a sobrevivência, o trabalho poderia ameaça-las como mulheres, por isso o trabalho deveria ser exercido de modo a não afastar da vida familiar, dos deveres domésticos, da alegria da maternidade, da pureza do lar. (LOURO, 2010, p. 453).

As mulheres serrinhenses, na década de 1970, em sua maioria, eram trabalhadoras pobres, sendo que a maioria delas, eram advindas da zona rural e estavam na cidade a procura de melhores condições de vida. Como diz Maria da Graça: “Costurei muito, muito, muito, pra ganhar meu dinheiro, aqui na rua, depois que cheguei aqui. Em casa mesmo, costurei em casa,

já tinha minha máquina, costurava muito”.³⁶ Como diz Seu Renato da Silva Reis: “Era lavar roupa, era... por exemplo, cozinha dos outros, cozinheira, essas coisas”.³⁷

Apesar de Serrinha, na década de 1970, ser bem menor e menos desenvolvida do que os dias atuais, a entrada, por exemplo, nos serviços públicos, exigia concursos. As opções de empregos para mulheres se voltavam para os trabalhos caseiros, como de frequência para época como diz Dona Amélia:

Eu cheguei aqui, era difícil para arrumar trabalho, não é como hoje, tinha pouco, as pessoas só trabalhavam na prefeitura concursados, entendeu? (...) Trabalhava costurando, era costureira, era também professora, mas aqui não exerci o cargo de professora não, de maneira nenhuma³⁸.

Em outro momento ela volta a falar sobre essa realidade que passou por não encontrar emprego em sua área, já que era professora, mas preferiu se dedicar a seus trabalhos caseiros:

Não tinha, não tinha, campo de trabalho como tem hoje, entendeu? A prefeitura não fazia curso, é como eu tô te dizendo, era preciso uma pessoa por debaixo, depois que começou a fazer cursos, aí foi que melhorou, aí o povo fazia os concursos e passava e começou a trabalhar.³⁹

Maria Trindade também fala dessa falta de mais oportunidades das mulheres em trabalhar em cargos públicos e poucas oportunidades para as mulheres serrinhenses: “ [...] Era, só que era assim, era cargo político, era difícil uma mulher conseguir emprego, porque era cargo político”. As diferenças de classe social, na década de 1970, eram muito mais acentuadas, e estudar, ter um cargo público ou um trabalho mais qualificado, pertencia às pessoas das classes economicamente dominantes, e se tratando de Serrinha, isso era quase impossível segundo Maria Trindade:

Por exemplo, aqui em Serrinha só tinha dois, três médicos, que tinham condição de sair para estudar fora, só fazia faculdade quem era rico. Hoje a facilidade de você entrar na faculdade é muito grande, muito grande, pra você ter uma ideia eu vim fazer faculdade tem o que? Cinco anos, que vim fazer, quem era que fazia faculdade? Só fazia faculdade quem era rico, Doutor Popó...Como é? O pai de João Farmácia.⁴⁰

³⁶ Maria da Graças Oliveira Nascimento. Entrevista concedida a Arlan Lima da Silva no dia 17/11/2014.

³³ Seu Renato da Silva Reis. Entrevista concedida a Arlan Lima da Silva no dia 18/09/2016.

³⁸ Amélia Ferreira Vizitação. Entrevista concedida a Arlan Lima da Silva no dia 13/12/2015.

³⁹ Amélia Ferreira da Vizitação. Entrevista concedida a Arlan Lima da Silva no dia 13/12/2015.

⁴⁰ Maria Trindade Sousa Costa. Entrevista concedida a Arlan Lima da Silva no dia 23/02/2017.

³⁷ Maria Magnólia Santiago de Oliveira. Entrevista concedida a Arlan Lima da Silva no dia 08/11/2014.

Ao longo da década de 1970 as mulheres continuavam a driblar uma cultura machista e preconceituosa contra a mulher. Em Serrinha, apesar de haver muitas donas de casa, começavam a surgir outras oportunidades como de secretárias. Como Maria Magnólia diz: “Fora disso, tinha assim, tinha meninas que trabalhavam, assim como secretárias, secretárias, nos escritórios, secretárias nas...nas empresas, mas isso aí como era muito pouco na época, era secretárias, mas na saúde, nas clínicas na época”.⁴¹ Ela mesma fala que foi secretária, trabalhou com serigrafia e foi a primeira mulher a fazer este tipo de trabalho na cidade: “Primeira pessoa que fez serigrafia em Serrinha foi eu. Olha aqui ó. Serigrafia era fazer desenhos nas camisas, em bandeirolas.”⁴²

Essa fala da entrevistada, mostra uma cidade pequena que começava dar os primeiros passos para uma pequena industrialização, inserção das mulheres em outros espaços de trabalho. Outra função que já demonstra uma outra autonomia para as mulheres, era a de bancária, que na época já era um espaço conquistado pelas mulheres serrinhenses como diz o professor Nivaldo:

Daí bancárias, também a ação de muitas mulheres que além de trabalharem, ter a facilidade de também de trabalharem, ter a facilidade de trabalharem em comércio né? Também em algum momento administrativo, iniciaram também um vínculo com a questão bancária. Eu também conheci algumas e talvez foram mulheres, uma das primeiras bancárias aqui em Serrinha, em relação a essa atividade e passaram por muito tempo nessa atividade.⁴³

Serrinha na década de 1970 apresentava alguns bancos como diz Tasso Franco: “O mais antigo é o Banco do Brasil e foi fundado em 9 de janeiro de 1943. Depois foi fundado o Banco Econômico em 23 de março de 1949; Banco da Bahia, em 23 de novembro de 1955; e a Caixa Econômica Federal.” (FRANCO, 1996, p. 183). Se tratando de uma pesquisa com história oral, o cruzamento das fontes orais com a documentação é fundamental para que se encontre ou se aproxime o real possível dos fatos históricos narrados. “É importante reconhecer que o peso dado aos testemunhos orais coletados ou usados é relativizado em função da documentação central (MEIHY. 1996. p. 43).

É evidente que esses espaços de trabalho eram formas de as mulheres estarem inseridas em alguns serviços que surgiam na vida social da cidade, desvinculando-se da imagem da mulher que só pertencia às atividades caseiras ou agrícolas. Maria Magnólia fala

⁴¹ Maria Magnólia Santiago de Oliveira. Entrevista concedida a Arlan Lima da Silva no dia 08/11/2014.

⁴² Idem.

⁴³ Entrevista com Nivaldo José dos Santos. Concedida a Arlan no dia 13/04/2016.

dos muitos cursos que fez, pois as mulheres geralmente estavam inseridas nestes tipos de trabalho considerados “femininos”, como diz a mesma:

É tanto de secretária, era tão importante naquela época também, que a gente fazia o curso de memorização e taquigrafia. Eu tenho o curso. Taquigrafia é, você, você, escreve depressa, porque você escreve em pedaços. Por exemplo: Quanto, somente qto, Cristo, Xto. Entendeu? A então era assim, taquigrafia, taco, pedacinhos, ao invés de escrever a palavra toda, você só escreve um pedaço da palavra.⁴⁴

A honra das mulheres era fundamental nesse período, e tudo o que as cercava deveria exprimir respeito e exemplo para as demais, até mesmo porque para serem admitidas em locais de trabalho deveriam ser educadas e “direitas”, como diz Maria Magnólia:

Aí eu comecei a trabalhar no cartório, só que era sem carteira assinada, naquele tempo era...Ah, em 70, eu fui trabalhar no cartório em 74, porque em 73 eu fui para Salvador fiz o ISPAC (Instituto Superior de Pastoral Catequética). Quando eu cheguei aí mulher do cartório aí se interessou, queria porque queria que eu fosse trabalhar lá, porque eu era direita, porque eu tinha responsabilidade, porque eu era trabalhadeira e lá, lá, lá. Pronto, me viu na igreja, direitinha panhou, me levou para lá, só que me pagava meio salário mínimo, e o primeiro concurso que veio, eu pá e fiz todos os concursos que eu fiz eu passei graças a Deus⁴⁵.

Nessa fala da entrevistada percebe-se a falta de direitos trabalhistas para as mulheres na década de 1970, mesmo sendo um estabelecimento com finalidade pública. Apesar, das limitações que havia nesse serviço, a escolha dela para ocupar esse trabalho passou pela avaliação de sua moral e conduta, ou seja, digna, honrada, e de igreja, a qual se encaixava perfeitamente para o cargo e para o modelo de mulher esperada que deveria representar uma imagem de mulher que estava fora de casa, lidando com público, mas acima de tudo respeitosa, pois o ideal de mulher que se quer fora de casa, deve levar consigo bons modos, ainda mais se for lidar com o grande público, como lembra Louro:

Já que se entende que o casamento e a maternidade, tarefas femininas fundamentais, constituem a verdadeira carreira das mulheres, qualquer atividade profissional será considerada como um desvio dessas funções sociais, a menos que possa ser representada de forma a se ajustar a elas. Em seu processo de feminização, o magistério precisa, pois, tomar de empréstimo atributos que são tradicionalmente associados às mulheres, como o amor, a sensibilidade, o cuidado, etc. para que possa ser reconhecido

⁴⁴ Idem.

⁴⁵ Idem.

como uma profissão admissível ou conveniente. (LOURO. 1997. págs. 96 E 97)

Falar de mulheres é impossível, se tentar incluir todas numa mesma perspectiva de análise, já que cada grupo de mulheres apresentava necessidades específicas, e realidades totalmente diferentes se tratando de uma realidade no Brasil de grandes diferenças de classes sociais, de liberdade de expressão, e de uma consciência crítica do seu papel social, como cita Celi Regina Jardim Pinto, a falar de movimentos de mulheres nos anos 70:

As reivindicações específicas estão muito mais próximas das demandas encontradas nos movimentos populares de mulheres, como clubes de mães e associações de bairro, do que ideário tipicamente feminista. Em geral, as mulheres que faziam parte do centro não pertenciam as camadas populares, mas se colocavam como representantes delas. O que deve ser notado, no entanto, não é este fato, que nada surpreende tratando-se de mulheres ligadas a organizações de esquerda, mas sim, o fato de essas mulheres não se identificarem como objetos da discriminação. Esse foi um lento aprendizado no Brasil para as mulheres de esquerda: poderem se identificar como oprimidas sem pertencer ao proletariado. (PINTO. 2003. p. 61 e 62)

Fica perceptível, na análise das ocupações femininas, que o trabalho feminino era menos braçal para as moças do centro da cidade do que as moças da zona rural. Existia também uma participação maior na educação para as mulheres da cidade e mesmo que houvesse alguns obstáculos para estas.

Maria Magnólia deixa explícito elementos que podem se relacionar com as questões étnico-raciais, no momento em que remonta a questões da escravidão.

Eram pessoas que cuidavam das casas né? Domésticas, era comum, mas assim, e...Em geral, as domésticas eram pessoas, era pessoas é da...Como é nome? Afrodescendentes, porque ainda vinha aquela coisa lá da, do, do...Da escravidão, da época do...do...Como é que chama? Engenho, da casa grande, e que tinha as domésticas, que ainda era muito assim⁴⁶.

Isso mostra como Serrinha, carregava as marcas do um passado que trazia resquícios da escravidão, em que essas mulheres negras e pobres achavam no emprego de domésticas uma oportunidade de ajudar sua família, não muito diferente do resto do país, pois a cidade de Serrinha teve muitos escravos e remanescentes de quilombos.

Em Serrinha, há inúmeros registros da compra e venda de escravos, e o município não escapou da miscigenação entre índio, brancos e negros, sobretudo em áreas do antigo distrito de Araci- João Vieira, Tapuio-, em Biritingas, Lage dos Caboclos e outras localidades. Alguns negros fugidos dos engenhos do Recôncavo e existem informes não confirmados de que chegaram a formar um quilombo denominado Flor Roxa, na direção de Candéal. (FRANCO, 1996, p. 74 -75).

As marcas da escravidão, as desigualdades que é evidente dentro da sociedade brasileira, a qual negou e se omitiu diante do trabalho doméstico, é uma herança da escravidão que tentou o máximo limitar as pessoas “de cor”, onde os direitos devidos e a valorização das mulheres enquanto trabalhadoras autênticas, como diversos outros trabalhadores.

A República, que herdou do Império uma massa de trabalhadores urbanoslivres e libertos, muitos negros e pardos, tratou de criar mecanismos de conscrição ao trabalho. Os libertos, por seu turno, não gostavam muito de tantos regulamentos, e interpretavam a ideia de liberdade como o direito de seguir regras e um tempo próprios, em que o trabalho e o lúdico não se tornassem incompatíveis. O Estado, portanto, encontrou no serviço doméstico uma barreira a seus anseios reguladores. (SILVA, 2013, p. 15)

A prática da agricultura em Serrinha era de grande importância, e as mulheres se incluem nessa prática tão feita na região, pois a falta de oportunidades de empregos, e ainda mais para as mulheres pobres e negras, a feira livre era um espaço que garantia alguma liberdade para as mulheres e também uma forma de ganhar algum tostão para ajudar nas despesas de casa como diz Djanira Caetano: “Nessa época minha mãe trabalhava era com uma barraquinha de verdura na rua, ela plantava e vendia. Outra coisa também, assava milho e vendia na rua, minha mãe assou muito milho.”⁴⁷ Maria Trindade também diz, quando pergunto sobre a participação das mulheres no comércio de Serrinha: “Era uma raridade, porque não tinha, era feira livre, só. Na feira e até hoje.”⁴⁸

Se tratando de uma realidade em sua maioria, pobre, as mulheres serrinhenses buscavam ajudar na renda da casa, de diversas formas, mesmo sendo excluídas, ou limitadas pela sociedade masculina, em ajudar dentro de casa de uma forma mais ampla e formal, como diz Dona Perpétua: “Todo mundo trabalhava para ajudar os marido, naquela época os maridos ganhava um salarinho pequeno, que não dava nem para comprar a feira do mês, aí todo mundo tinha que ajudar”⁴⁹

⁴⁷ Djanira Caetano da Silva. Entrevista concedida a Arlan Lima da Silva em 12/03/2017.

⁴⁸ Maria Trindade Sousa Costa. Entrevista concedida a Arlan Lima da Silva no dia 23/02/2017.

⁴⁹ Idem.

A falta de fiscalização, que assegurassem os direitos trabalhistas, fazia com que o trabalho feminino não fosse valorizado. Feira de Santana, da década de 1940 a 1960, apresenta em sua economia, forte traço do comércio, como assim vivia Serrinha também, nessa época, pois não havia indústrias ainda nessa região, a não ser, algumas casas onde se produziam alimentos, ou o sisal que na época era um produto transformado em Serrinha.

Serrinha nunca foi um grande produtor de sisal como foram (e ainda são) Santa Luz, Coité, São Domingos e Valente, mas desempenhou papel importante, no financiamento da cultura, pois sediou por longos anos a única agência do Banco do Brasil na região, tornando inclusive base de armazenagem de safras adquiridas pelo BB dentro da política de preços mínimos do governo (FRANCO, 1996, p. 178).

A cultura do sisal em Serrinha, na década de 70, ofertava trabalhos que poderiam ser feitos por mulheres e elas se faziam presentes nessa produção como diz Djanira Caetano da Silva: “Elas trabalhavam é... em casas de famílias, trabalharam também em armazém de sisal, onde hoje é alí o mercadão⁵⁰”. Dona Juracy, na sua fala também cita o trabalho com o sisal como um trabalho importante para as mulheres, onde morava na sua comunidade rural: “No sisal, eu não cheguei a alcançar isso não, mas muita gente lá nas roça, eles fazia esse serviço, a mulher, elas estendiam o sisal, quem tinha a máquina, o motor, e tinha que estender o sisal, e a renda maior das mulheres, era isso mesmo, era rancar mandioca, tudo na roça mesmo, na enxada.” A produção de sisal estava localizada no centro de Serrinha, e foi por muito tempo uma atividade comum entre as mulheres, tanto nas zonas rurais, como na cidade. (FRANCO, 1996, p.178). “De toda a sorte, o município também produziu em larga escala (até os anos 70) o sisal, beneficiou o produto para a exportação in-natura, e até industrializou, com uma fábrica instalada no bairro do Cruzeiro”. Nessas duas falas, percebe-se como elas se cruzam e fortalecem os respaldos da pesquisa embasada na memória dessas mulheres e nos estudos feitos com a história oral como diz Meihy:

Como método, e história oral se ergue segundo alternativas que privilegiam os depoimentos como atenção centrada dos estudos. Trata-se de focalizar as entrevistas como ponto central dos estudos. Trata-se de focalizar as entrevistas como ponto central das análises. Para valorizá-las metodologicamente, os oralistas centram sua atenção, desde o estabelecimento do projeto, nos critérios de reconhecimento das entrevistas, em seu processamento, na passagem do oral para a escrita e nos resultados. (MEIHY. 1996. p. 44)

⁵⁰ Entrevista com Djanira Caetano da Silva. Entrevista concedida a Arlan Lima da Silva no dia 12/03/2016.

No trabalho em que a história oral é a base para construir os resultados da pesquisa, é importante que se leve em conta o lugar de fala dos colaboradores, pois estes tem impressões e experiências diversas sobre um mesmo assunto, o que cabe ao historiador selecionar e organizar os estudos entre as semelhanças e diferenças do tema levando em conta a identidade desses indivíduos, como aponta Meihy:

Os estudos de história oral eu trabalho com questões de identidade devem estar atentos para não juntar apenas as semelhanças e afinidades internas dos grupos. Apesar de comum essa atitude, a diversidade deve também compor as preocupações. (MEIHY, 1996, p. 73)

Pequenas indústrias incipientes se mostravam a florir em Serrinha, em finais década de 1970, como o sisal, e outras também se faziam presentes como uma fábrica de doces e de impressão de camisas, onde a presença da mulher já se fazia presente, mesmo que ainda de forma restrita, mas mostrando como as mulheres vinham ocupando espaços na sociedade, que iriam além do espaço de casa. Dona Odete, uma das entrevistadas, era uma dessas trabalhadoras da fábrica de doce.

Levando-se em conta que essas mulheres vinham de famílias humildes, o trabalho era algo essencial para ajudar nas despesas da casa, ainda mais as que vinham da zona rural em busca de melhores oportunidades como é o caso de Dona Odete e de sua prima, que trabalhavam como costureiras, e essa renda ajudava nas despesas: “E como Carmélia mesmo, minha prima costurava para ajudar, Zilda trabalhava com Carmélia”.⁵¹ Segundo Cláudia Fonseca:

A mulher pobre, cercada por uma moralidade oficial completamente desligada de sua realidade, vivia entre a cruz e a espada. O salário minguaço e regular de seu marido chegaria a suprir as necessidades domésticas só por um milagre. Mas a dona de casa, que tentava escapar à miséria por seu trabalho, arriscava sofrer o pejo da “mulher pública”. (FONSECA, 2010. p. 516)

Fonseca mostra como as mulheres apesar da cultura vigente colocá-las em segundo plano em relação a liberdade masculina, mostra como a moral, que atribui a casa como lugar de “reinado” das mulheres, não alcança as mulheres negras e pobres, pois estas estavam inseridas em diversos trabalhos, fossem eles na rua ou não

Nessa labuta em que muitas mulheres estavam inseridas, o seu espaço de atuação era perceptível na moral, na educação dos filhos e até no próprio sustento da casa, enquanto seus

⁵¹ Idem

maridos estavam fora, por isso, as mulheres ainda que estivessem sobre o julgo masculino, lhes cabiam alguma parcela de poder, como fala Dona Maria da Graça:

Trabalhava na roça, era plantando milho, feijão, pra elas mesmo, nem era trabalho, era para trabalhar para ganhar dinheiro não, nem existia, não tinha, os homens saíam, ganhavam o mundo, passavam um mês, dois mês fora para ganhar o dinheiro, trazer comida, pra elas.

A vida das mulheres serrinhenses estava ainda atrelada comumente às atividades agrícolas, ao comércio e a feira livre, onde se tornavam comum a sua presença. Poucas eram as oportunidades de emprego em Serrinha na década de 70 para estas, reforçando a ideia da mulher que nasceu para casar e cuidar da família. Isso, de certa forma não impediu as mulheres de conquistarem seu espaço dentro da sociedade, a partir dos lugares em que estavam inseridas, sejam em trabalhos mais profissionalizantes, quanto aqueles mais manuais, mostrando assim, a busca das mulheres por melhores condições de vida e a liberdade perante aos homens.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao propor falar deste tema, quis dar visibilidade às mulheres, não só as mulheres serrinhenses das quais entrevistei, mas as mulheres de maneira geral. Vivemos ainda sociedade machista e sexista em que o valor do homem se sobressai sobre as mulheres, em quase todos os aspectos da vida social. Isso é herança de um passado marcado por extremos preconceitos, seja contra a mulher, os negros, os índios, e que trouxe marcas negativas para as sociedades ocidentais.

As mulheres, na sociedade brasileira, sempre foram colocadas em segundo plano em relação aos homens: o lugar da mulher era dentro de casa, mãe de família, submissa aos maridos, o sexo frágil e dependente, e a sua honra era algo sagrado, e que deveria sempre mantê-la, para si mesmo como forma de valor moral e social, como para os homens que estavam ao seu redor. Aos poucos as mulheres foram se colocando contra a todos esses fatores que diminuía a sua participação e importância dentro da sociedade.

As mulheres serrinhenses, na década de 1970, apresentavam uma vivência que extrapolavam a dependência de seus companheiros. Através das entrevistas feitas com essas serrinhenses, ficou evidente que haviam possibilidades de criar uma ruptura maior com o mundo masculino, fosse na prática da agricultura, em cargos públicos, no aumento da escolaridade e por meio de ligações políticas ou concursos.

A partir dos diálogos feitos com diversos autores que estão falando de gênero, da condição feminina, e da historiografia das mulheres, ficaram evidentes que o interesse em manter a mulher submissa aos homens, é uma estratégia criada culturalmente e reproduzida em papéis sociais, seja no campo seja na cidade. Apesar das limitações que haviam para essas mulheres, elas enfrentaram o mundo do trabalho, mesmo que fosse um trabalho caseiro. As diferenças de gênero não são tão aplicáveis em classes sociais mais baixas como foi possível observar, em que as mulheres precisavam romper as normas sociais para exercer sua sociabilidade tanto na rua, quanto no trabalho ou até mesmo no lar.

Ter um trabalho, além de representar uma melhora de vida para essas mulheres, era enfrentar o preconceito da sociedade serrinhense naquela época. Em sua maioria, as mulheres

estavam habituadas, como nas gerações passadas, a ter um papel de dependentes. Num espaço em que as oportunidades de melhores estudos e trabalho ainda escassos, o trabalho era fundamental para realçar as competências das mulheres e importância das mesmas como um todo.

5 REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Anailde. *A construção Social do ser homem e ser mulher*. Salvador: EDUNEB, 2010.

CONCEIÇÃO, Antônio Carlos Lima da. *Teorias feministas: da “questão da mulher” ao enfoque de gênero*. RBSE 8(24): 738-757. Dezembro de 2009.

HERRERA, Karolyna Marin. *Uma análise do trabalho da mulher rural através da perspectiva da multifuncionalidade agrícola*. Seminário Internacional Fazendo Gênero 10 (Anais Eletrônicos), Florianópolis, 2013

LE GOFF, Jacques, 1924. *História e memória*. Tradução Bernardo Leitão. (et al.).-5ª ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2003.

MELO, Lígia Albuquerque de. *Injustiças de Gênero: o trabalho da mulher na agricultura familiar. Minas Gerais. 14f. 2012.*

NOVAIS, Fernando A. *História da vida privada no Brasil-Volume 4*. Edição 1. Companhia das letras. 1998.

PINTO, Céli Regina Jardim. *Uma história do feminismo no Brasil*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003. (Coleção História do Povo Brasileiro).

SANTOS, Cristiane Lima . *Moderna, mas honrada: moralidade e honra sexual Feira de Santana (1940-1960)*. 2010. 166f. Dissertação (Curso de mestrado) Universidade do Estado da Bahia – UNEB, Santo Antônio de Jesus – Ba. 2010.

SARTI, Cynthia Anderson. *O feminismo brasileiro desde os anos 1970: revisitando uma trajetória. Estudos feministas*. Florianópolis. 12(2): 264. Maio e agosto. 2004.

SOARES, Vera. *MOVIMENTO FEMINISTA Paradigmas e desafios. 14f. Alemanha, 1993.*

TASSO, Franco. *Serrinha: A colonização portuguesa numa cidade do sertão da Bahia*. Salvador: EGBA/ Assembleia Legislativa do Estado, 1996.

PRIORE, Mary Del Priore e PINSKY, Carla Bassanezi. *História das mulheres no Brasil*. 9. Ed., 2ª reimpressão.-São Paulo: Contexto, 2010.

MORAES,M; AMADO,J. Usos e abusos da história oral: 8ed. Rio De Janeiro: Editora FGV, 2006.

COSTA.Ana Alice Alcantara. *As donas do poder. Mulher e política na Bahia*. Salvador:NEIM/UFBA. Assembleia legislativa da Bahia. 1998.

SANTOS, Ricardo dos Santos. *Mulheres livres: uma história sobre prostituição, sífilis, convenções de gênero*. Salvador: EDUFBA, 2014. 126 p.

SCOTT, Joan Wallach. “Gênero: uma categoria útil de análise histórica”. *Educação e Realidade*. Porto Alegre, vol. 20, n° 2, jul./dez.1995, pp. 71-99.

LOURO, Guacira Lopes. *Genero, sexualidade e educação. Uma perpespectiva pós-estruturalista*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

MEIHY, Jose Carlos Sebe Bom. *Manual de História Oral*. Santa Catarina- Florianópolis. Editora Loyola, 1996. 291 p.

6° Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional. 6°. 2013. Santa Catarina. O trabalho doméstico livre e a lei nos anos finais da escravidão no Brasil. UFBA. p. 20.

BIAVASCHI. Magda Barros.Os direitos das trabalhadoras domésticas e as dificuldades de implementação no Brasil: contradições e tensões sociais. UNICAMP. São Paulo. p. 21. 2015.

